

**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO**

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

Nova Friburgo - RJ

**Relatório de Histórico de Andamento de Atividades****PROTOCOLO**

Identificador: 913fde1f-3ee6-42b6-9b4e-23dba21972c3

Protocolo: Processo Requerimento Nº 020531/2023

Data: 03/08/2023 11:16:43

Origem: RIOCARD TECNOLOGIA DA INF. S/A

\*\*\* contatos indisponíveis \*\*\*

Contato: RIOCARD TECNOLOGIA DA INF. S/A

\*\*\* contatos indisponíveis \*\*\*

Protocolador: ANA LUCIA OSORIO TEIXEIRA

Assunto: IMPUGNAÇÃO - LICITAÇÃO

Detalhamento: IMPUGNAÇÃO

**HISTÓRICO DAS ATIVIDADES**

por ordem das atividades mais recentes

[versão completa](#)

Nº	Origem	Destino	Movimentação	Situação
1	Prefeitura Municipal de Nova Friburgo ANA LUCIA OSORIO TEIXEIRA 03/08/2023 11:17:07	APOIO A COMISSAO DE PREGAO	Segue protocolo para as devidas providências.	Enviada

**ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DA PREFEITURA MUNICIPAL  
DE NOVA FRIBURGO**

Pregão eletrônico nº 157/2023

Processo administrativo nº 5561/2023

**RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S/A**, inscrita no CNPJ sob o nº 09.127.934/0001-63, com endereço na Rua da Assembleia, 10, salas 3311 e 3411, Centro, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20.011-901, vem, por intermédio do seu representante legal, nos termos do previsto no subitem 6.6 do Edital, apresentar a presente

**IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

face às irregularidades havidas no instrumento convocatório, que impedem a formulação das propostas, restringem demasiadamente a competitividade deste processo e, por conseguinte, a legalidade do certame, pressupostos essenciais da licitação, consoante os fatos e fundamentos a seguir aduzidos.

**1. DA TEMPESTIVIDADE**

Tendo em vista que a sessão pública inaugural para abertura das propostas das licitantes e oferta de lances ocorrerá no dia 08 de agosto do corrente ano e, considerando que

**RIOCARDTI**

Rua da Assembleia, 10 | 34º andar | Sala 3.411  
Centro, Rio de Janeiro, RJ | CEP 20.011-902  
(21) 2212-3900  
[www.riocardti.com.br](http://www.riocardti.com.br)

se estabelece no subitem 6.6 do Edital o prazo de 3 (três) dias úteis, anteriores à data fixada para recebimento das propostas para a interposição de impugnações, este instrumento se demonstra, claramente, tempestivo, sendo protocolizado em 02 de agosto de 2023.

## 2. DOS FATOS

Trata-se de processo licitatório cujo objeto se destina a contratação de empresa para o gerenciamento do Sistema de Bilhetagem Eletrônica e monitoramento do serviço municipal de Transporte Coletivo do município de Nova Friburgo/RJ, pelo período de 48 (quarenta e oito) meses, em conformidade com as condições e especificações técnicas e descrições contidas no Termo de Referência, ANEXO II, deste edital.

Ocorre que esta empresa, ora impugnante, interessou-se pelo referido certame e, mediante a obtenção do presente instrumento de edital, ao efetuar uma análise mais detalhada de seus requisitos, verificou a existência de inúmeras irregularidades que impedem ou dificultam a sua participação no presente certame.

Dentre estas menciona-se a necessidade de que as empresas licitantes comprovem na habilitação jurídica a inscrição em entidade de fiscalização da atividade objeto da licitação sem indicar, de forma objetiva, qual dentre as existentes seria aplicável.

Além disso, a subcontratação apresenta-se de forma bastante controversa, haja vista que é vedada, inicialmente, no termo de referência e permitida na minuta de contrato. Diante da importância deste tema no que tange à elaboração do preço verifica-se que não há a indicação de quais serviços, dentre aqueles existentes, poderão ser objeto de subcontratação e, ainda, os seus respectivos limites máximos, pressuposto totalmente contrário à inúmeras jurisprudências sobre o tema.

Já com relação a indicação do local da prestação de serviços há uma falha grave no edital, tendo em vista que há a menção no termo de referência de que os serviços serão prestados próximo a Prefeitura, por meio da instalação futura de centro de monitoramento e controle, entretanto não há delimitação de raio em quilômetros de distância máxima para o desempenho desta atividade. Este fator se constitui como elemento influenciador direto na elaboração dos preços, havendo patente necessidade de retificação do edital para eliminar esta incongruência.

Outrossim, verifica ainda que cláusula quarta da minuta de contrato menciona a existência de anexo a este documento (Anexo I – planilha de custos), que deve ser apresentada para fins de comprovação da exequibilidade da proposta, inobstante tal documento não constar dentre o rol de documentos do edital.

Em adição, há a necessidade de ajustar o edital tendo em vista que comprovação da qualidade dos serviços é aferida por intermédio do cumprimento de metas em acordo de nível de serviços estipulado que enumera sanções com base em pontuações, havendo a gradação de advertência até desconto nos pagamentos, sem, entretanto, existir uma definição de critério ou delimitação das condutas para enquadramento de cada nível de pontuação. Posto isto, a definição da conduta praticada e da gradação em pontos a ser atribuída fica ao mero alvedrio da Administração, não existindo critérios objetivos e previamente definidos para que a empresa contratada evite a prática de condutas não previamente determinadas.

Ora, cabe-nos evidenciar, de maneira sintética, com base no conjunto de argumentos mencionados acima, que há no presente processo licitatório elementos que ofendem, diretamente, ao princípio da isonomia, do julgamento objetivo, dentre outros, além de conter também mecanismos de direcionamento indireto e itens que impedem a elaboração de proposta objetiva que inviabilizam a participação em iguais condições das empresas licitantes.

Diante destas patentes ilegalidades, esta licitante, ora impugnante, viu-se compelida a apresentar a presente impugnação, objetivando que seja, por fim, suspensa esta licitação, retificando-se este edital, com o fim de sejam ajustadas as exigências supramencionadas, visto que tais aspectos inviabilizam a elaboração da proposta e a sua consequente participação neste certame conforme fundamentos que serão detidamente apresentados a seguir.

### **3. DOS FUNDAMENTOS**

#### **3.1. DA SUBJETIVIDADE NA INDICAÇÃO DE ENTIDADE FISCALIZADORA PROFISSIONAL COMPETENTE**

Inicialmente, cabe-nos salientar que a exigência da necessidade de comprovação do registro da empresa licitante na entidade profissional competente prevista no subitem 11.10.3 do edital sem a indicação objetiva desta se constitui como grave vício que caracteriza,

claramente, ofensa ao princípio da isonomia. Tal questão se deve ao fato de que a ausência desta indicação pode acarretar, ao longo do decurso do prazo mínimo de 8 (oito) dias entre a publicação do edital e oferta de propostas, que ocorra o conhecimento da correta entidade a ser adotada e, com esta indicação a posteriori, haveria prazo menor para realizar tal providência de preparação e cadastro para a participação no pregão das licitantes que eventualmente não tem o conhecimento da correta entidade a ser adotada.

Desta forma, torna-se imperioso mencionar que a Administração Pública deve formular exigências em editais licitatórios para delimitar os requisitos habilitatórios para fins de contratação de determinado objeto a ser licitado, mas, ao inseri-las, estas sempre devem estar vinculadas aos princípios aplicáveis às licitações e que sejam extremamente necessárias à execução do objeto, sem representar obstáculo na participação dos interessados.

A inexistência da indicação da respectiva entidade de classe de forma objetiva se constitui como elemento flagrantemente contrário às normas de regência e aos princípios que norteiam o processo licitatório, principalmente ao princípio do julgamento objetivo. Esta omissão, despida de qualquer objetividade, implica em possível restrição nociva à competitividade da licitação, prejudicando a formulação de propostas de forma isonômica, e ainda, comprometendo as condições que permitem o prosseguimento da licitação e a obtenção da proposta mais vantajosa à Administração que devem ser rechaçadas, ante a violação direta do art. 3º da Lei nº 8.666/93.

Além disso, ainda que haja, de maneira superveniente, posteriormente à publicação do edital, a indicação da entidade a ser considerada, tal fato ocasionará prejuízo à competitividade do certame, pois não haverá isonomia entre as licitantes que detenham tal registro em prol das que não o possuem, havendo, assim, restrição a ampla participação de interessados.

A jurisprudência existente que denota a importância do princípio do julgamento objetivo é enorme, vez que impede que a Administração utilize, a seu bel-prazer, critérios subjetivos criados no curso dos procedimentos de compras e contratações destinados a beneficiar determinadas licitantes, seja por meio de requisitos de habilitação desproporcionais ou seja pela inclusão de aspectos de precificação dotados de caráter subjetivo que implicarão, para as licitantes que desconhecem os fatos, a elevação dos custos. O nobre professor Jessé

Torres Pereira Junior, na sua obra salienta justamente isso em sua brilhante exposição desta temática nesta linha de argumentação<sup>1</sup>.

Outro ponto importante a ser evidenciado corresponde ao fato de que Tribunal de Contas da União – TCU preconiza em diversos entendimentos jurisprudenciais, como regra, que não seria pertinente a exigência de registro junto ao conselho ou entidade nas licitações para contratação de serviços que envolvam prestação de serviços terceirizados que não haja a exigência legal de registro da empresa para o exercício de determinada atividade. Importante mencionar ainda que caso fosse adotado o Conselho Regional de Administração (CRA), não caberia tal fato diante da questão da atividade-fim desta licitação não se relaciona diretamente com ações de administração, bem como ainda o Conselho de Engenharia e Arquitetura (CREA), tendo em vista não se tratar a presente contratação de obra ou serviço de engenharia/arquitetura.

Vejamos como é temerária esta indefinição e o que a jurisprudência entende sobre esta temática:

Acórdão 1841/2011 – Plenário

Atividades não relacionadas às específicas dos profissionais de Administração não exigem registro perante o Conselho Profissional da categoria. (Relator: Ministro Augusto Sherman Cavalcanti. Sessão em 13/07/2001.)

Ainda sobre o Acórdão 1841/2011 – Plenário, ficou consignado que o Tribunal de Contas da União – TCU não concorda com a manifestação no sentido de que o serviço objeto de licitação que envolvam atividades de administração e seleção de pessoal com locação de mão de obra, se enquadram como atribuições específicas do campo do administrador.

Diante disto, a notória ausência de objetividade instrumentalizada pela omissão na indicação correta da entidade fiscalizadora deve ser devidamente corrigida por esse pregoeiro com base nesta provocação realizada por intermédio desta impugnação, pois apesar deste não poder ser responsabilizado diretamente por tal omissão por não ter elaborado o edital, neste ínterim passar a ter responsabilidade a ser imputada na hipótese de que, neste momento, conhecimento do fato, devendo tomar as medidas cabíveis. Vejamos o entendimento jurisprudencial sobre o tema:

<sup>1</sup> Comentários à Lei das Licitações e Contratações da Administração Pública, 6ª Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003, pág. 55).

O pregoeiro não deve ser responsabilizado pela ausência, no edital, de critérios objetivos para a desclassificação das propostas, uma vez que não lhe cabe a elaboração do edital e do termo de referência (art. 9º §2º do Decreto nº 5450/2005). No entanto, pode ele responder por adotar critérios de iniciativa própria. Acórdão nº 2692/2019 – Primeira Câmara, Relator: Rodrigo Dantas.

Finalmente, todo edital licitatório possui condições que de certa forma restringem a participação de determinados interessados, previamente determinadas de forma objetiva no momento de publicação do edital, sendo natural, ao passo que quanto maior e mais complexo o objeto maior serão as exigências, entretanto isso não significa dizer que o Administrador está livre para formular exigências desprovidas de objetividade que podem permitir a eventual ocorrência de possível favorecimento de determinado licitante. Deve então, o presente edital ser retificado, com a indicação da entidade fiscalizadora competente que se entende ser adequada, com a necessidade de reabertura dos prazos para que todas as licitantes possuam prazo idêntico para se cadastrar, caso não o possua.

### **3.2. DAS IRREGULARIDADES INERENTES AOS ASPECTOS RELATIVOS À SUBCONTRATAÇÃO PREVISTAS NO EDITAL**

Inicialmente, não podemos deixar de olvidar que a subcontratação corresponde a um grande benefício para as empresas licitantes, permitindo que a futura contratada fique focada na execução principal do contrato e realize, por meio de terceiros capacitados, as atividades menos relevantes, resultando em uma maior efetividade na execução contratual.

Desta feita, com efeito, considerando que o contrato administrativo decorre, em regra, de procedimento licitatório, o contratado, ao vencer determinado certame, demonstra dispor das características que a Administração considera determinantes à execução do objeto contratual. Nas hipóteses de contratação direta (artigos 17, 24 e 25 da Lei nº 8.666/93), esta pessoalidade é mais evidente ainda, haja vista que a Administração escolhe, fundamentadamente, o fornecedor.

Pois bem, em regra, a execução do objeto licitado é obrigação da empresa contratada, permitindo-se a subcontratação conforme a necessidade e a conveniência da Administração, desde que a empresa subcontratada detenha experiência de acordo com as peculiaridades de cada contratação, dentre as atividades que serão por esta executadas,

respeitados os limites e as atividades que seriam objeto de subcontratação, aspectos que não foram devidamente previstos neste edital.

Assim, conforme Jacoby Fernandes<sup>2</sup>, em regra geral, não se admite a subcontratação nos contratos públicos, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas nos editais de licitações e nos próprios instrumentos de acordo. “A ideia da subcontratação é permitir que o licitante vencedor execute os serviços mais especializados mediante a contratação de terceiros, porém, sob sua responsabilidade”, esclarece.

Com isso, permite-se, inclusive, que os licitantes se habilitem na licitação com a apresentação de atestados daquelas empresas que subcontratará, desde que se comprometam a firmar contrato, exclusivamente, com aquela empresa. Nesse sentido, a validade da subcontratação depende da prévia autorização pelo órgão contratante por escrito e assinada por quem detém competência para firmar aditivo. Tal temática é regulada pelos arts. 72 e 78, inc. VI, da Lei nº 8.666/1993. “A subcontratação sem autorização, configura falta grave e deve ser punida mediante rescisão de contrato, conforme o art. 78 da Lei nº 8.666/1993. O gestor do contrato deve, entretanto, considerar que, embora não previsto no edital e no contrato, em virtude do crescente processo de terceirização, é comum a subcontratação, devendo haver certa flexibilidade na interpretação dos dispositivos legais que regulam este instituto”, observa Jorge Ulisses Jacoby Fernandes<sup>3</sup>.

Com base nestas considerações, de acordo com manifestação do TCU, para que haja permissão de subcontratação de parte do objeto, o instrumento convocatório desta licitação trazer regras claras e objetivas, estabelecendo, obrigatoriamente: motivação e presença do interesse público; necessidade de prévia autorização da Administração; especificação das razões do serviço a ser subcontratado e do prazo desejado; especificação do percentual máximo que poderá ser subcontratado, sendo usualmente adotado o limite máximo de até 30% do objeto, sendo verificado a inexistência de todos estes elementos no edital.

Em manifestação por meio do Acórdão nº 799/2019 – Plenário, o Tribunal de Contas da União – TCU tratou do tema da subcontratação com especial destaque para a observância ao dispositivo contratual. O ministro Walton Alencar, relator do caso, afirmou que

<sup>2</sup> FERNANDES, J. U. Jacoby. Vade-mécum de Licitações e Contratos: legislação selecionada e organizada com jurisprudência, notas e índices. 4ª edição, revista, atualizada e ampliada. Belo Horizonte: Fórum, 2010, pág.: 978.

<sup>3</sup> FERNANDES, J. U. Jacoby. Vade-mécum de Licitações e Contratos: legislação selecionada e organizada com jurisprudência, notas e índices. 4ª edição, revista, atualizada e ampliada. Belo Horizonte: Fórum, 2010, pág.: 978.



a subcontratação em patamar superior ao permitido em contrato pode configurar fraude, estipulando, assim, a determinação de enumeração dos requisitos permissivos descritos acima. “Subcontratação em patamar superior ao permitido contratualmente, à revelia do contratante e por preços significativamente inferiores aos fixados no instrumento pactuado com a Administração Pública, desnatura as condições estabelecidas no procedimento licitatório, caracterizando fraude à licitação”, argumentou o ministro.

O TCU considera que além de caracterizar fraude, a subcontratação em limite superior denota a falta de capacidade técnica para prestar os serviços almejados e a estratégia para majorar rendimentos em detrimento do interesse público, não havendo no presente edital parâmetros que limitem a realização da subcontratação. “Constitui, nesse sentido, inegável afronta aos princípios que norteiam as licitações e ao disposto no art. 72 da Lei nº 8.666/1993”, conclui a Corte de Contas.

Ademais, além das omissões contidas no edital inerentes a subcontratação neste processo licitatório, estamos diante de uma incongruência que confunde os licitantes e não permite que haja um entendimento correto acerca da possibilidade ou não de realização da subcontratação, haja vista que o Termo de Referência no item 19 a veda, expressamente, e, contrariamente a esta disposição, a minuta de contrato impõe sanções a empresa contratada que a realize sem anuência prévia. Ora, com base nestas informações, não se sabe ao certo se esta é vedada ou se poderá ser realizada, mediante anuência da contratante. Com base nestas informações, considerando que este aspecto influencia demasiadamente na elaboração da proposta, torna-se notória a necessidade de suspensão da presente licitação e retificação do edital, primeiramente para definir se será ou não permitida a subcontratação, bem como ainda, posteriormente, antes de sua republicação, caso a decisão seja de permissividade, que sejam definidos os parâmetros a serem adotados de acordo com os requisitos preconizados pela jurisprudência devidamente elencados acima.

Seguindo esta linha de argumentos, estão ausentes no edital 4 (quatro) importantes aspectos atinentes a subcontratação:

- a) a decisão acerca de sua admissão, ou não, constitui mérito administrativo, entretanto existe uma dúvida se é permitida ou não;
- b) a Administração deve estabelecer os limites máximos para subcontratação, inexistentes no edital, quando admiti-la, sendo vedada a subcontratação total do objeto;
- c) deve ser prevista expressamente no edital e no contrato;

d) o contratado permanece responsável pelas obrigações contratuais e legais, não se confundindo com a sub-rogação prevista nos artigos 346 a 351, do Código Civil.

a) Admissão:

Verifica-se, primeiramente, que a admissão de subcontratação, ou não, constitui decisão administrativa de cunho técnico e/ou administrativo. Com efeito, a Administração contratante define todos os contornos da avença, inclusive o de admitir a subcontratação, conforme suas necessidades, as características do mercado e a disponibilidade deste em relação ao objeto do certame. O ilustre autor Alcoforado observa que “a subcontratação, nem sempre interessante à Administração, somente se legitima se houver razões de ordem técnica que a justifique”. Todavia, mesmo que não seja interessante à Administração admitir a subcontratação, por vezes a natureza e a complexidade do objeto e a limitação do mercado impelem a contratante a admiti-la<sup>4</sup>.

Atento às dificuldades encontradas pela Administração, assim pondera Marçal Justen Filho: “A questão da subcontratação adquire outros contornos quando a execução da prestação envolver objeto complexo, não produzido integralmente por uma única empresa. (...) Nenhuma empresa, salvo exceções raríssimas, domina o processo produtivo integralmente. (...) Como regra, a economia atual conduz a que a prestação resulte da conjugação de bens e condutas de uma pluralidade de empresas. Em abordagem rigorosa, dificilmente existiria uma situação que não comportasse subcontratação. Porém, não é nesse sentido que se alude à subcontratação. Todo contrato administrativo envolve, em maior ou menor grau, alguma subcontratação. Quanto mais complexo e diversificado o seu objeto, mais imprescindível se torna a contratação de terceiros.”<sup>5</sup>

No Acórdão TCU nº 2002/2005 – Plenário, o Ministro Relator consignou em seu voto que a subcontratação deve ser adotada unicamente quando necessária para garantir a execução do contrato e desde que não atente contra os princípios constitucionais inerentes ao processo licitatório, e nem ofenda outros princípios relacionados às licitações, notadamente o da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração (art. 3º, Lei nº 8.666/93).

Assim, cabe à Administração o juízo de conveniência, oportunidade, análise da

<sup>4</sup> ALCOFORADO, Luis Carlos. Licitação e Contrato Administrativo: comentários à lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (com as alterações introduzidas pelas Leis 8.832/94, 9.032/95 e 9.854/99). 2ª edição, Brasília-DF: Editora Brasília Jurídica, 2000, pág.: 366.

<sup>5</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 13ª edição, São Paulo: Dialética, 2009, pág.: 791.

possibilidade técnica e da viabilidade em se admitir a subcontratação e, tal valoração é exteriorizada com a publicação do Edital com as devidas justificativas pela opção, inexistentes no presente edital, por meio estabelecimento de requisitos e condições mínimas, diversamente do que se observa neste processo licitatório.

b) Amplitude:

A Lei não faz qualquer limitação relativa ao objeto, de modo que se pode concluir que, em regra, qualquer objeto pode ser subcontratado, salvo aqueles que, por sua natureza, podem ser considerados personalíssimos.

Apesar de o edital ser omissivo e permitir eventual subcontratação total, não significa que o legislador pretendeu, necessariamente, admitir tal possibilidade. Como o artigo trata dos motivos para rescisão contratual, entendo que o almejado foi apenas prever que a subcontratação total represente uma possibilidade de transferência não autorizada da execução contratual, resguardando a Administração contratante e reforçando o caráter pessoal do contrato administrativo.

Ademais, a possibilidade de subcontratação total não se coaduna com o ordenamento pátrio. Com efeito, parte da doutrina entende que a possibilidade de subcontratação total configura negação ao procedimento licitatório e fere o Princípio da Igualdade, bem como afronta o art. 37, XXI, da Constituição Federal de 1988, pois, caso fosse admitida, configuraria forma de se ludibriar a própria licitação em si, adjudicando-se o objeto contratual a não participante do certame. Assim, é absolutamente proibida, em qualquer circunstância, a subcontratação da totalidade do objeto do contrato.

O Acórdão nº 1.733/2008– Plenário, o TCU já observara que possibilidade de subcontratação total do objeto abre a oportunidade para que o licitante vencedor passe a exercer apenas a função de intermediário, na medida em que possuiria a faculdade de apontar as empresas que realizarão as obras, presente a autorização para subcontratação total do objeto, circunstâncias que afrontariam flagrantemente os princípios constitucionais da moralidade, da eficiência (art. 37, caput, da Constituição Federal), da supremacia do interesse público, da legalidade, isonomia, impessoalidade, economicidade e do julgamento objetivo, dentre outros, além de acarretar em afronta ao dever geral de licitar (art. 37, XXI, da Constituição Federal) e aos artigos 2º, 72 e 78, inc. VI, da Lei 8.666/93.

Merece destaque a seguinte ponderação, colocada no referido Acórdão nº 1.733/2008:

“(…)26. Também não contribuem para solucionar o problema os aportes doutrinários e jurisprudenciais defendendo a leitura de que a Lei 8.666/93 não vedaria a subcontratação total do objeto (vide fls. 1307/8, v.6). Este Tribunal tem, reiteradas vezes, rejeitado entendimento nesse sentido.

(…)

28. Em regra, vem esta Corte de Contas expressando veemente posição contrária

a que, em uma licitação para contratar, unicamente, a execução de obras ou serviços, seja autorizada a subcontratação integral do objeto. Na hipótese, a razão para assim decidir é nítida. O mais razoável, desde logo, é que a contratação mais vantajosa para a Administração seja aquela formalizada diretamente com os executores, dada a reduzida probabilidade de a inserção de um intermediário resultar em um preço mais razoável pelas obras ou serviços. Aliás, o mais provável é que eventual intermediação aumente o custo dos empreendimentos, dado o interesse, daquele que se interpôs, em remunerar-se. Além disso, manda o bom senso que o certame em questão

somente interesse àqueles que lidam com a área do objeto em licitação, já que o oportunizado pelo procedimento licitatório é a possibilidade de obter remuneração financeira em troca da realização da obra ou serviço.

29. Ou seja, em tais casos, não se vislumbra, a princípio, vantagem alguma em permitir a subcontratação total de uma obra ou serviço, já que a tendência decorrente de permissivo nesse sentido, em vez de representar vantagem para a Administração, é de que se obtenha proposta mais onerosa, dado que acrescida da vantagem auferida pelo intermediário.

(…)”

Em suma, conforme entendimento do TCU, uma vez admitida a subcontratação, esta somente pode alcançar parte do objeto contratado, cujos limites devem ser devidamente indicados, sendo recomendado que sejam disciplinados além dos limites os tipos de serviços que poderão ser subcontratados. Inclusive recentemente proferiu julgamento no sentido de que

a subcontratação integral do objeto pactuado desnatura o certame licitatório e justifica a apenação do agente que a autorizou. No caso analisado, a Corte de Contas entendeu que o gestor responsável por autorizar a subcontratação total do objeto da contratação merecia ser apenado com a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei nº 8.666/93, mesmo não havendo dano ao erário, conforme precedentes contidos nos Acórdãos 100/2004-TCU e 1748/2004-TCU, ambos do Plenário.

Assim, vedada a subcontratação total do objeto, a sua admissão deve ser sempre parcial e devidamente delimitada previamente pela Administração, diversamente como fora disciplinado neste Edital por intermédio de descritivo genérico sem qualquer limite. Com efeito, o art. 40, II e VIII da Lei nº 8.666/93 preveem que o edital deve indicar, obrigatoriamente, as condições para execução do contrato, para entrega do objeto da licitação e as informações e esclarecimentos relativos às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto.

Ademais, os princípios previstos no art. 3º da mesma lei conduzem à necessidade de previsão expressa, no edital e no contrato, de todas as regras da contratação, inclusive a que diz respeito aos limites da subcontratação. O TCU admite a subcontratação parcial do objeto licitado, mas já se manifestou no sentido de que lhe deve ser fixado um limite máximo no edital, conforme os seguintes julgados já devidamente indicados acima: “9.2.2.4. estabeleça nos instrumentos convocatórios, em cada caso, os limites para subcontratação de obra, serviço ou fornecimento, de modo a evitar riscos para a Administração Pública, conforme disciplina o art. 72 da Lei n. 8.666/93”.

Não podemos deixar de olvidar que nos termos da lei e da jurisprudência, deve ser fixado, no edital, o percentual máximo para subcontratação, quando houver cláusula editalícia de permissividade, devendo essa cláusula existir, apenas, em hipóteses excepcionais, quando a subcontratação for estritamente necessária, contendo argumentos técnicos e circunstancialmente justificados tanto a necessidade da subcontratação quanto o percentual máximo admitido, conforme por reiteradas vezes da decidiu o Tribunal de Contas da União.

Neste diapasão, ao realizarmos o cotejo dos aspectos inerentes à subcontratação com aqueles previstos no Edital, minuta de contrato e demais anexos deste processo licitatório, verifica-se que existe a vedação plena e outrora a permissão condicionada a autorização, sem qualquer indicação de qualquer limitação dos serviços possíveis de serem subcontratados. Fica assim a cargo da Administração decidir posteriormente, se será possível subcontratar e estipular os requisitos a serem cumpridos, denotando uma total incompatibilidade destas previsões com

a jurisprudência pátria, haja vista a inexistência de limitação. Vejamos a reprodução dos dispositivos em comento:

#### 19. DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS VEDAÇÕES

17.1 É vedado à CONTRATADA:

...

17.1.4 A subcontratação do objeto licitatório, sem prévia anuência da Contratante.

Verifica-se então que a inexistência de regras atinentes aos limites da subcontratação no edital e na minuta de contrato corresponde a uma afronta a lei e deve ser prontamente evitada com o fito de impedir que haja ilegalidade passível de declaração de nulidade do presente processo licitatório posteriormente.

Caso realmente seja decidido que neste processo pela opção de se permitir a subcontratação, a minuta de contrato e anexos do edital do processo em epígrafe deveriam ter prefixado os limites em que se irá permitir a subcontratação nos termos da legislação, não podendo esta definição ser feita posteriormente ao lançamento do certame, e ao talante da Administração conforme se pretende neste certame. Isto porque a subcontratação constitui importante regra que, caso seja descumprida, pode ensejar a rescisão contratual. Ademais, a possibilidade ou não de subcontratação de parte do objeto influi sobremaneira nas propostas, já que as empresas interessadas devem considerar, nas suas planilhas de custos, se a execução da parte do objeto será feita por elas próprias ou se irão subcontratar outra empresa.

Com efeito, se o contratado pode subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela Administração, sendo imprescindível que a subcontratação, bem como seu limite máximo, já sejam prefixados, tanto no edital quanto no contrato, pois não se poderá, posteriormente à contratação, se estabelecer tais regras, por implicar em desvirtuamento do procedimento licitatório e em inobservância dos princípios previstos no art. 3º da Lei nº 8.666/93, podendo, inclusive, a avença ser anulada, por ilegalidade.

c) Formalização:

Conforme já exposto, o TCU admite a subcontratação parcial do objeto lícito,

devendo ser prevista expressamente no edital e no contrato, bem como deve ser fixado um limite máximo para tanto. Ademais, o edital deve também estabelecer as regras da contratação e deve contemplar todos os seus aspectos, inclusive o regime de execução, o que alcança a previsão de subcontratação e seus limites.

Uma vez admitida a subcontratação, e se porventura esta se fizer necessária para a execução do objeto, deverá ser formalizada mediante termo de aditamento contratual que especifique e determine o objeto e o quantitativo da obra, serviço ou fornecimento subcontratado. Ademais, o contrato de subcontratação, sempre celebrado com a interveniência e autorização expressa da Administração, será obrigatoriamente juntado ao processo.

d) Responsabilidades:

A subcontratação não exonera o contratado das responsabilidades decorrentes do contrato, de modo que apenas este responde, em regra, pelo adimplemento ou inadimplemento contratual. Ademais, a subcontratação não se confunde com a sub-rogação prevista nos artigos 346 a 351, do Código Civil, que "... transfere ao novo credor todos os direitos, ações, privilégios e garantias do primitivo, em relação à dívida, contra o devedor principal e os fiadores" (art. 349).

De outro lado, na Decisão nº 420/2002 – Plenário, o TCU firmou entendimento de que, "...em contratos administrativos, é ilegal e inconstitucional a sub-rogação da figura da contratada ou a divisão de responsabilidades por ela assumidas, ainda que de forma solidária, por contrariar os princípios constitucionais da moralidade e da eficiência (art. 37, caput, da Constituição Federal), o princípio da supremacia do interesse público, o dever geral de licitar (art. 37, XXI, da Constituição)"

Por fim, com base nos argumentos apresentados, conclui-se ser extremamente necessário que a permissão da possibilidade ou não de subcontratação no presente processo licitatório seja devidamente esclarecida, e, caso haja esta seja permitida, torna-se necessário que sejam devidamente previstos os requisitos para sua efetivação. Postas estas considerações, impõe-se como medida necessária a suspensão imediata do certame, com o fito de vedá-la ou, na hipótese de permiti-la, incluir os requisitos legais atinentes à subcontratação, principalmente, as questões relativas à sua limitação, com a consequente imposição dos limites e indicação dos serviços possíveis de serem contratados.

### 3.3. DA INCONGRUÊNCIA RELATIVA AO LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Pois bem, no tocante às disposições contidas no edital e anexos referente ao local cujos serviços a serem contratados deverão ser prestados, evidencia-se que, novamente, este documento demonstra-se confuso, induzindo os licitantes a dúvida e consequente custeio de valor considerando o risco ou prática de preço demasiadamente reduzidos e temerários. Esta assertiva se baseia no fato de que há disposições no edital indicando que a prestação de serviços deverá ser localizada próximo à sede da Prefeitura e, também se informa que estes, parcialmente, serão prestados de maneira remota, mas considerando-os como prestados no município, sem qualquer menção ao que se delimita o termo “próximo”.

Diante desta questão, novamente se verifica que o edital não se preocupa em detalhar os conceitos importantes nele contidos, haja vista que não define o que considera aplicável ao termo “próximo”, remetendo-se, novamente, ao alvedrio da Administração decidir, mediante a escolha da empresa vencedora o que seria então aplicável a este conceito.

Com base nesta premissa, não há um critério adequado que permita às licitantes estimarem em suas propostas o custo real para fins de instalação do centro municipal de controle, haja vista que não se detém o conhecimento do máximo em raio em quilômetros permitido para instalá-lo no município. Verifica-se, assim, que tal elemento representa impacto significativo no preço a ser considerado, haja vista as diferenças de custo existentes dependendo da região em que se pretende instalá-lo são significativas. Por ser considerado como elemento que, inclusive, consta dentre as despesas do orçamento estimativo, trata-se hipótese no qual este deveria estar devidamente detalhado no edital. Vejamos o entendimento do TCU no tocante a este tema:

Acórdão 2274/2020 Plenário

Licitação. Competitividade. Restrição. Escritório. Local. Princípio da isonomia.

É irregular a exigência de que o contratado instale escritório em localidade específica, sem a devida demonstração de que tal medida seja imprescindível à adequada execução do objeto licitado, considerando os custos a serem suportados pelo contratado, sem avaliar a sua pertinência frente à materialidade da contratação e aos impactos no orçamento estimativo e na competitividade do certame, devido ao potencial de restringir o caráter competitivo da licitação, afetar a economicidade do contrato e ferir o princípio da isonomia, em ofensa



ao art. 3º, caput § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993. Relator Ministro Raimundo Carreiro. **(grifo nosso)**

Outrossim, diante desta necessidade, outro fator importante ausente no edital se refere a necessidade da indicação do momento que se caracterizará como marco inicial para as providências necessárias para que a licitante se instale nesta localidade, devendo este marco inicial para a contagem do lapso temporal para a instalação do centro considerado a contar da data de assinatura do contrato. Tal compromisso deveria ainda ser cobrado das licitantes por intermédio de apresentação de declaração, dentre o rol de declarações anexas do edital, indicando que as licitantes se comprometem a instalar centro de monitoramento e controle na cidade de Nova Friburgo no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir da vigência do contrato.

Convém destacar que o disposto acima versa sobre a exigência dos licitantes uma declaração de comprometimento futuro e não a imediata exigência de instalação do escritório. O entendimento expresso no Acórdão 1214/2013-TCU-Plenário e no Acórdão 273/2014-TCU-Plenário é no sentido de que é vedada a exigência de instalação de escritório no local da prestação do serviço como critério de habilitação, sendo admitido, contudo, que tal exigência possa ser feita a partir da assinatura do contrato, desde que respaldada por meio da declaração acima mencionada, devendo esta exigência estar amparada em análise técnica fundamentada por intermédio de critérios previamente estabelecidos no edital.

Dessa forma, além da ausência de critério de distância máxima inerente a localização, esta exigência de localidade específica deve vir acompanhada da devida justificativa técnica também exigida pela jurisprudência, demonstrando sua absoluta necessidade, de forma a não exceder os limites da razoabilidade, restringir o caráter competitivo da licitação e impor ônus dispensável ao futuro contratado.

Por isso, deve ser realizada a retificação do edital, com a indicação do raio máximo de distância entre o contratante e o centro de monitoramento de controle a ser instalado, tendo em vista que este fator representa uma condição imprescindível para a precificação do custo a ser considerado na proposta a ser apresentada pelas empresas licitantes. Além disso, não há nos autos qualquer justificativa ou evidenciar acerca da razoabilidade da exigência desta necessidade, com o intuito de permitir, tanto a autoridade competente quanto as licitantes participantes que verifiquem a pertinência e imprescindibilidade desta para a adequada execução do objeto licitado, sob pena de responsabilização pelos órgãos de controle.

### 3.4. DA INEXISTÊNCIA DE ANEXO APONTADO NA MINUTA DE CONTRATO

Com relação a hipótese em comento, não cabe aprofundar os fundamentos nesta temática, haja vista que a irregularidade é patente e se demonstra por intermédio de uma simples leitura e verificação dos anexos que foram devidamente disponibilizados às licitantes.

Desta forma, a minuta de contrato menciona, especificamente na cláusula quarta, que a planilha de custos se trata de anexo integrante da minuta de contrato, sem que tenha havido a disponibilização deste arquivo para conhecimento e análise das empresas licitantes.

Vejamos a reprodução desta cláusula em comento:

#### ANEXO IV CONTRATO

##### CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS

2.2. O valor total estimado do presente Termo de Contrato é de R\$ ..... (.....) conforme especificações constantes no Termo de Referência, na planilha de custos e formação de preços – Anexo I deste instrumento, bem como, na tabela a seguir: (grifo nosso)

A definição e disponibilização deste modelo é deveras importante, haja vista que existem em outras passagens do edital exigências inerentes a necessidade de apresentação desta planilha, seja para fins de comprovação da exequibilidade da proposta (subitem 12.2.3.1 do edital), ou ainda, o item 23 do termo de referência que menciona a necessidade de a proposta ser encaminhada acompanhada da planilha de custos e formação de preços.

Postas estas considerações, tendo em vista que a referida planilha de trata de elemento constante no rol de anexos da minuta de contrato, torna-se importante que este documento seja devidamente disponibilizado, com a finalidade de que todas as propostas apresentadas sejam devidamente elaboradoras com o mesmo parâmetro entre todas as licitantes participantes. Permitir a apresentação de propostas com planilhas de custos e formação de preços diferentes entre as licitantes participantes representa conduta temerária, haja vista que permitir-se-á a oferta de propostas diferentes dentro do mesmo processo licitatório.

Deve-se então, providenciar a divulgação deste arquivo para que seja utilizado por todas as licitantes interessados, permitindo que todos os licitantes ofertem a proposta dentro do mesmo parâmetro previsto no edital.

### **3.5. DA INSUFICIÊNCIA DE CRITÉRIOS PARA AFERIÇÃO DO ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO**

Em análise realizada acerca dos critérios incluídos no edital para aferição de resultados na execução do contrato objeto da presente licitação por intermédio de acordo de níveis de serviço, verifica-se a inexistência de uma base compreensível para atingimento dos níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento. Esta omissão corresponde, na prática, a impossibilidade de que o órgão contratante realize o acompanhamento dos resultados, tendo em vista que os parâmetros necessários para esta aferição não estão devidamente disciplinados no edital.

Nesse sentido, torna-se importante evidenciar, inicialmente, a necessidade de reproduzir a simplória redação do edital e, posteriormente, apresentar-se-ão os devidos comentários relativos a incongruência desta solicitação em cotejo com os dispositivos legais existentes sobre o tema.

#### **21. ACORDO DO NÍVEL DO SERVIÇO**

Este acordo tem a finalidade de garantir que a prestação dos serviços seja executada com qualidade e eficiência e, por conseguinte, esteja condizente com os requisitos discriminados no presente Termo de Referência.

Os indicadores de a seguir servirão como métrica para aferição do adequado atendimento do contrato:

- a) Desempenho Técnico do Sistema;
- b) Manutenção dos Equipamentos;
- c) Software e Suporte Técnico;
- d) Suporte e atendimento ao usuário.

O não atendimento dos itens supracitados ensejarão em infrações a serem contabilizadas e somadas mensalmente.

O nível esperado de serviço é de acordo com o somatório das infrações e as penalidades referentes a tais somatórios seguirá a seguinte lógica. Quando forem contabilizados:

- a) de 0 a 3 pontos no mês: Advertência;

- b) de 4 a 6 pontos no mês: Recebimento de 95% do valor da fatura dos serviços;
- c) de 7 a 10 pontos no mês: Recebimento de 90% do valor da fatura dos serviços;
- d) Mais de 10 pontos no mês: Recebimento de 85% do valor da fatura dos serviços.

A reincidência ou aumento das somas por dois meses consecutivos repercutirá em descumprimento contratual de acordo com as sanções previstas no contrato.

A título de calibração dos níveis de atendimento do contrato, os primeiros 3 meses não serão contabilizados dentro desta regra.

Pois bem, mediante a leitura e simples interpretação literal do trecho do edital descrito acima, percebe-se que os níveis de serviço estão baseados em critérios de pontuação para aferição dos resultados da atuação da contratada, com base em indicadores e metas. Ocorre que estes indicadores não estão objetivamente mensurados conforme preconiza a legislação, haja vista que não há a descrição das condutas aplicáveis para a incidência em cada pontuação (indicador) previsto no acordo, ou seja, estipula-se as a incidência dos pontos e respectivas ações sem que haja a caracterização das condutas e respectivas gradações que serão imputadas a cada nível de pontuação, ainda a menção de faixa de tolerância dentro da qual serão promovidas as sobreditas adequações de pagamento.

Desta forma, de maneira clara, verifica-se que existe o critério, mas não há o detalhamento da gradação e as condutas aplicáveis as pontuações previstas, impossibilitando a futura contratada verificar se os resultados esperados no contrato administrativo foram efetivamente atingidos, nas quantidades e qualidades exigidas, e adequar proporcionalmente o pagamento ao atendimento das metas na execução do serviço, na forma consignada no acordo de nível de serviço.

Desta feita, destaca-se com o intuito meramente sugestivo, como parâmetro para melhor detalhamento deste critério no edital, o art. 17 da Instrução Normativa SLTI/MP nº 02/2008 apresenta as diretrizes para a elaboração do acordo de nível de serviço pela administração, deixando claro os critérios e a necessidade de precisão e objetividade na construção dos indicadores, bem assim da prévia identificação e definição, pelo gestor, dos serviços a serem contratados e dos respectivos resultados esperados. Em síntese, infere-se mediante análise desta norma que a elaboração do acordo de níveis de serviço descrito neste edital não adotou um planejamento prévio e adequado por parte da Administração, a fim de evitar, ao máximo possível, a ausência de indicadores, falta de objetividade ou ainda a previsão

destes e de metas dissociados do objeto da contratação e de suas especificidades e da realidade da futura execução contratual.

A estipulação do acordo de nível de serviços remete-nos a observância do teor do art. 15, inciso XVII, da IN SLTI/MP n.º 02/2008, que dispõe que o Acordo de Nível de Serviço, a ser elaborado conforme modelo previsto no Anexo II da referida instrução, deverá conter:

a) os procedimentos de fiscalização e de gestão da qualidade do serviço, especificando-se os indicadores e instrumentos de medição que serão adotados pelo órgão ou entidade contratante;

b) os registros, controles e informações que deverão ser prestados pela contratada; e

c) as respectivas adequações de pagamento pelo não atendimento das metas estabelecidas.

Mais especificamente, estabelece o art. 17, inciso VIII, da IN SLTI/MP n.º 02/2008, que deverá ser observada, na contratação de serviços continuados, a diretriz de que os pagamentos deverão ser proporcionais ao atendimento das metas estabelecidas no ANS, atendendo-se ao seguinte:

a) as adequações nos pagamentos estarão limitadas a uma faixa específica de tolerância, abaixo da qual o fornecedor se sujeitará às sanções legais; e

b) na determinação da faixa de tolerância de que trata a alínea anterior, considerar-se-á a relevância da atividade, com menor ou nenhuma margem de tolerância para as atividades consideradas críticas.

A despeito destas questões, há uma latente necessidade de alteração do acordo de nível de serviço, com base, principalmente, que a inexistência de parâmetro acarreta a impossibilidade fática no decurso da execução contratual de cobrar e acompanhar níveis de serviços cujas incidências não estão devidamente detalhadas no edital, não restando outra medida senão suspender o presente processo licitatório.

#### 4. DA CONCLUSÃO

Ante o exposto, a **RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S/A**,  
requer:

- a) o recebimento da presente impugnação e seu respectivo provimento;
- b) a suspensão do presente processo licitatório, para fins retificação do edital e a indicação da classe a ser adotada para fins de habilitação.
- c) a suspensão do presente processo licitatório, para fins de retificação do edital para a correta definição da permissibilidade ou não da subcontratação;
- d) a suspensão do presente processo licitatório, para fins de divulgação do Anexo I - planilha de custos anexo a minuta contratual;
- e) a suspensão do presente processo licitatório, para fins de estipulação correta dos parâmetros a serem adotados para estipulação do acordo de nível de serviços.

Diante de tais alterações, tornar-se-á necessário realizar a republicação do edital e respectiva reabertura dos prazos para apresentação de proposta, nos termos do art. 21 da Lei nº 8.666/93.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Rio de Janeiro, RJ, 02 de agosto de 2023.

Atenciosamente,

**RENATA DE ALMEIDA**  
**FARIA:00377471771**

Assinado de forma digital por  
RENATA DE ALMEIDA  
FARIA:00377471771  
Dados: 2023.08.02 17:09:15 -03'00'

**RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S/A**

**CNPJ: 09.127.934/0001-63**

**RENATA DE ALMEIDA FARIA**

**Diretora Executiva**

**E-mail: [renata.faria@riocardmais.com.br](mailto:renata.faria@riocardmais.com.br)**

Page. 01/26



Presidência da República  
Secretaria de Micro e Pequena Empresa  
Secretaria de Racionalização e Simplificação  
Departamento de Registro Empresarial e Integração  
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0028405-2

Tipo Jurídico

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

Nº do Protocolo

00-2022/762897-7

JUCERJA

Último arquivamento:

00005116088 - 30/09/2022

NIRE: 33.3.0028405-2

RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMACAO S A

Boleto(s): 104169475

Hash: 1DF86383-CD25-4257-BC30-B83F3F3E6288

Processo Nº: 20531/23  
Data: 02/10/2022

Orgão	Calculado	Pago
Junta	676,00	676,00
DREI	0,00	0,00

## REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

### RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMACAO S A

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código  
do Ato

007

Código Evento	Qtde.	Descrição do ato / Descrição do evento
999	1	Ata de Assembleia Geral Extraordinária / Sem Eventos (Empresa)
XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XX

#### Requerente

Rio de Janeiro

Local

02/10/2022

Data

Nome:	Cleber Barros
Assinatura:	ASSINADO DIGITALMENTE O Requerente DECLARA, sob sua responsabilidade pessoal, sem prejuízo das sanções administrativas, cíveis e penais, a veracidade dos documentos e assinaturas apresentados no presente processo
Telefone de contato:	2122206181
E-mail:	cblservicos@gmail.com
Tipo de documento:	Digital
Data de criação:	02/10/2022
Data da 1ª entrada:	



00-2022/762897-7

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMACAO S A

NIRE: 333.0028405-2 Protocolo: 00-2022/762897-7 Data do protocolo: 02/10/2022

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 04/10/2022 SOB O NÚMERO 00005119369 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 8DA69AD715E2C941EA8671FAD1BC16FE57C48C92C915D7482DD90F0BC261AD74

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



JUCERJA  
assinada digitalmente

Pag. 02/26



**RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.**  
("Companhia")  
CNPJ 09.127.934/0001-63  
NIRE 33.3.0028405-2

**ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 2022**

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Realizada às 15:00 horas do dia 19 de setembro de 2022, na Rua da Assembleia nº 10, salas 3311 e 3411, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20011-901.
2. **MESA:** Presidente da Assembleia - **Armando Galhardo Nunes Guerra Junior**  
Secretário da Assembleia - **Daniele de Oliveira Massoto**
3. **CONVOCAÇÃO:** As convocações foram devidamente realizadas no Jornal Monitor Mercantil em 09, 12 e 13 de setembro de 2022, na forma do art. 124 da Lei 6.404/76 ("LSA") ("Anexo I"), bem como no sítio eletrônico da Companhia na rede mundial de computadores, no link de acesso <https://www.riopar.com.br/publicacoes-rcti>. Adicionalmente as alterações propostas para alteração do Estatuto Social da Companhia, ficaram à disposição dos acionistas na sede da Companhia.
4. **PRESENÇA:** Os acionistas da Companhia representando 99,4% das ações com direito a voto do capital social conforme Lista de Presença constante do Anexo II da presente Ata.
5. **ORDEM DO DIA:**
  - (i) A alteração do "caput" do art. 17 do Estatuto Social, que regula a composição do Conselho de Administração da Companhia;
  - (ii) A alteração do parágrafo 4º, do art. 23 do Estatuto Social, que estabelece limite da alçada da Diretoria para assinatura de contratos ou documentos que importem obrigações para a Companhia.
6. **DELIBERAÇÕES:** Foi informado inicialmente pelo Presidente da mesa que, conforme autorizado pelo parágrafo 1º do art. 130 da LSA, a presente Ata será lavrada na forma de sumário dos fatos, inclusive dissidências e protestos, e conterà apenas a

transcrição das deliberações tomadas, observando-se para tanto as condições das alíneas (a) e (b) do parágrafo 1º do art. 130 da LSA, o que foi aprovado por votos dos acionistas presentes, representando 99,4% das ações com direito a voto de emissão da Companhia. Na sequência, foi examinada e debatida as matérias constantes da ordem do dia, e deliberado, por voto dos acionistas presentes, representando 99,4% das ações com direito a voto de emissão da Companhia o que se segue:

- 6.1.1 Aprovar a alteração do Estatuto do “caput” do art.17 do Estatuto Social, que regula a composição do Conselho de Administração da Companhia, que passará a vigor com redação abaixo transcrita:

*“Artigo 17. O Conselho de Administração será composto por 5 (cinco) membros efetivos, todos eleitos pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, admitida a reeleição por igual período, residente ou não no País. Terminado o prazo do mandato, os membros do Conselho de Administração permanecerão nos cargos até a posse dos sucessores. A Assembleia Geral poderá optar por eleger um único membro suplente para alguns ou todos os membros efetivos.*

...”

- 6.1.2 Aprovar a alteração do parágrafo 4º, do art. 23 do Estatuto Social, que estabelece limite da alçada da Diretoria para assinatura de contratos ou documentos que importem obrigações para a Companhia, que passará a vigor com a seguinte redação abaixo transcrita:

*“Artigo 23. ...*

...

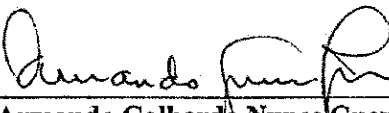
*Parágrafo 4º. Fica limitado a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) o valor total de alçada para assinatura, pela Diretoria Executiva, de contratos ou documentos que importem em obrigações para a Companhia, sem necessidade de prévia autorização do Conselho de Administração.”*

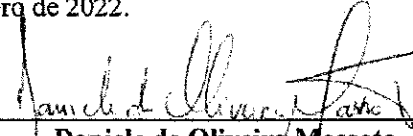
- 6.1.3 Em decorrência dos itens 6.1.1 e 6.1.2 acima, fica aprovada também a consolidação do Estatuto Social da Companhia, conforme o anexo III da presente Ata.

6.1.4 Por fim, foi instruída a Diretoria Executiva da Companhia a adotar as medidas necessárias para a publicação e o registro da presente Ata perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.

7. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foi a presente ata lavrada, lida, achada conforme, aprovada e assinada por todos os acionistas presentes.

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 2022.

  
Armando Galhardo Nunes Guerra Junior  
Presidente

  
Daniele de Oliveira Massoto  
Secretário

**RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.**  
("Companhia")  
CNPJ 09.127.934/0001-63  
NIRE 33.3.0028405-2

**ANEXO I**

**ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 2022**

**(Convocações)**

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMACAO S A

NIRE: 333.0028405-2 Protocolo: 00-2022/762897-7 Data do protocolo: 02/10/2022

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 04/10/2022 SOB O NÚMERO 00005119369 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 8DA69AD715E2C941EA8671FAD1BC16FE57C48C92C915D7482DD90F0BC261AD74

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



**MONITOR MERCANTIL**  
SA:27897172000166  
2022.09.08 15:19:07 -03'00'



Esta publicação foi feita de forma 100% digital  
pelo Monitor Mercantil em seu site.  
A autenticidade deste documento pode  
ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link  
<https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br>

**RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMACAO S.A.**  
**CNPJ/MF nº 09.127.934/0001-63 - NIRE: 33.3.0028405-2**  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Ficam os Senhores Acionistas da **RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMACAO S.A.**, sociedade inscrita no CNPJ sob o nº 09.127.934/0001-63 ("Companhia"), convocados para a Assembleia Geral Extraordinária que será realizada no dia **19 de setembro de 2022, às 15:00 horas**, na sede social da Companhia, situada na Rua da Assembleia nº 10, 33º e 34º andar, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20011-901, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) A alteração do "caput" do art. 17 do Estatuto Social, que regula a composição do Conselho de Administração da Companhia; (ii) A alteração do parágrafo 4º, do art. 23 do Estatuto Social, que estabelece limite da alçada da Diretoria para assinatura de contratos ou documentos que importem obrigações para a Companhia. Rio de Janeiro, 06 de setembro de 2022. **Jorge Manuel Pereira Dias** - Presidente do Conselho de Administração. **INSTRUÇÕES GERAIS:** As alterações propostas do Estatuto Social se encontram a disposição dos Acionistas na sede da Companhia, na forma do § 3º do art. 135 da Lei das Sociedades por Ações. O Acionista que desejar ser representado por procurador deverá depositar o respectivo mandato, com poderes especiais, na sede social da Companhia até 02 (dois) dias úteis anteriores à data marcada para a realização da Assembleia Geral Extraordinária.





Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site.  
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br>

**RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMACÃO S.A.**  
**CNPJ/MF nº 09.127.934/0001-63 - NIRE: 33.3.0028405-2**  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Ficam os Senhores Acionistas da RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMACÃO S.A., sociedade inscrita no CNPJ sob o nº 09.127.934/0001-63 ("Companhia"), convocados para a Assembleia Geral Extraordinária que será realizada no dia **19 de setembro de 2022, às 15:00 horas**, na sede social da Companhia, situada na Rua da Assembleia nº 10, 33º e 34º andar, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20011-901, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) A alteração do "caput" do art. 17 do Estatuto Social, que regula a composição do Conselho de Administração da Companhia; (ii) A alteração do parágrafo 4º, do art. 23 do Estatuto Social, que estabelece limite da alçada da Diretoria para assinatura de contratos ou documentos que importem obrigações para a Companhia. Rio de Janeiro, 06 de setembro de 2022. **Jorge Manuel Pereira Dias** - Presidente do Conselho de Administração. **INSTRUÇÕES GERAIS:** As alterações propostas do Estatuto Social se encontram à disposição dos Acionistas na sede da Companhia, na forma do § 3º do art. 135 da Lei das Sociedades por Ações. O Acionista que desejar ser representado por procurador deverá depositar o respectivo mandato, com poderes especiais, na sede social da Companhia até 02 (dois) dias úteis anteriores à data marcada para a realização da Assembleia Geral Extraordinária.





**RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.**  
**CNPJ/MF nº 09.127.934/0001-63 - NIRE: 33.3.0028405-2**  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

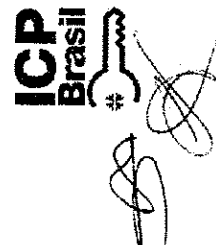
Ficam os Senhores Acionistas da **RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.**, sociedade inscrita no CNPJ sob o nº 09.127.934/0001-63 ("Companhia"), convocados para a Assembleia Geral Extraordinária que será realizada no dia **19 de setembro de 2022, às 15:00 horas**, na sede social da Companhia, situada na Rua da Assembleia nº 10, 33º e 34º andar, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20011-901, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) A alteração do "caput" do art. 17 do Estatuto Social, que regula a composição do Conselho de Administração da Companhia; (ii) A alteração do parágrafo 4º, do art. 23 do Estatuto Social, que estabelece limite da atuação da Diretoria para assinatura de contratos ou documentos que importem obrigações para a Companhia. Rio de Janeiro, 06 de setembro de 2022. **Jorge Manuel Pereira Dias** - Presidente do Conselho de Administração. **INSTRUÇÕES GERAIS:** As alterações propostas do Estatuto Social se encontram à disposição dos Acionistas na sede da Companhia, na forma do § 3º do art. 135 da Lei das Sociedades por Ações. O Acionista que desejar ser representado por procurador deverá depositar o respectivo mandato, com poderes especiais, na sede social da Companhia até 02 (dois) dias úteis anteriores à data marcada para a realização da Assembleia Geral Extraordinária.

Processo Nº: 20531/23  
Rubrica 2 Fls: 34

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br>



**MONITOR MERCANTIL**  
SA:27897172000166  
2022.09.12 16:42:28 -03'00'



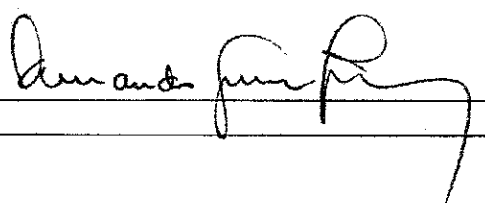


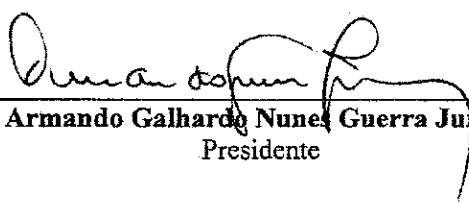
**RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.**  
("Companhia")  
CNPJ 09.127.934/0001-63  
NIRE 33.3.0028405-2

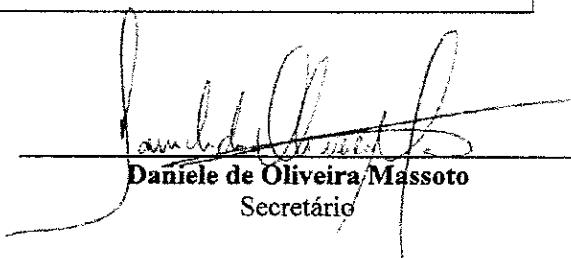
**ANEXO II**

**ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 2022**

**LISTA DE PRESENÇA DE ACIONISTAS**

NOME	ASSINATURA
<b>RIOPAR PARTICIPAÇÕES S.A.</b> Número de Ações Ordinárias com Direito a Voto: 2.385.250	
<b>[HLQ PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA.</b> Número de Ações Ordinárias com Direito a Voto: 14.750	<u>                    AUSENTE                    </u>

  
**Armando Galhardo Nunes Guerra Junior**  
Presidente

  
**Danielle de Oliveira Massoto**  
Secretário

**RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.**  
("Companhia")  
CNPJ 09.127.934/0001-63  
NIRE 33.3.0028405-2

**ANEXO III**

**ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 2022**

**ESTATUTO SOCIAL DA**

**RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.**

**NIRE – 33.3.0028405-2**

**CNPJ – 09.127.934/0001-63**

**CAPÍTULO I – Denominação, Sede, Objeto e Duração**

**Artigo 1º.** A RIOCARD Tecnologia da Informação S.A., nome fantasia RIOCARD TI, é uma sociedade anônima, constituída em 10 de setembro de 2007, regida por este estatuto social e pela Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme suas alterações ("Lei das Sociedades por Ações") e demais disposições legais que lhe forem aplicáveis.

**Artigo 2º.** A Companhia tem sede social e foro na Rua da Assembleia, nº 10, salas 3311 e 3411, parte, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

**Parágrafo Único.** A critério do Conselho de Administração, a Companhia poderá abrir e encerrar filiais, sucursais, agências, escritórios e estabelecimento de representação em qualquer parte do território nacional e no exterior.

**Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social o desenvolvimento e operação de sistemas de tecnologia da informação, podendo, para tanto, desenvolver e/ou adquirir software, adquirir ou alugar equipamento de informática (computadores e periféricos) para todas as necessidades de gestão das informações e processamento de dados do Sistema de Bilhetagem Eletrônica do Setor de Transporte Coletivo de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro, podendo, também, prestar serviços de desenvolvimento e gestão de informações ou processamento de dados que venham a se utilizar comercialmente dos componentes do Sistema de Bilhetagem Eletrônica, e outros serviços de informática decorrentes de suas atividades operacionais.

**Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

**CAPÍTULO II – Capital Social e Ações**

**Artigo 5º.** O capital social, totalmente subscrito e parcialmente integralizado, é de

R\$ 41.316.000,00 (quarenta e um milhões, trezentos e dezesseis mil), dividido em 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentas mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

**Artigo 6º.** Cada ação ordinária confere direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais de acionistas.

**Artigo 7º.** O capital social poderá ser aumentado sempre que a Assembleia Geral julgar conveniente.

**Artigo 8º.** Os acionistas terão direito de preferência, na proporção de suas respectivas participações, na subscrição de ações, debêntures conversíveis ou bônus de subscrição de emissão da Companhia, que pode ser exercido no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de deliberação pertinente ("Notificação de Oferta").

**Parágrafo 1º.** Qualquer acionista que pretenda alienar ou receba oferta de compra de parte ou da totalidade de suas ações, deverá informar aos demais acionistas, preço e condições do negócio ("Notificação de Oferta" – comprovada), para que estes exerçam seu direito de preferência.

**Parágrafo 2º.** Mediante aprovação de acionistas representando a maioria do capital social, a companhia poderá adquirir as próprias ações para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, sem diminuição do capital social, para posteriormente aliená-las, observadas as normas legais e regulamentares em vigor.

**Artigo 9º.** A Assembleia Geral deverá dispor sobre as sobras de ações não subscritas em aumento de capital durante o prazo do exercício de preferência, determinando o rateio, na proporção dos valores subscritos, entre os acionistas que tiverem manifestado, no boletim ou lista de subscrição, interesse de subscrever as eventuais sobras.

**Artigo 10.** A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, sem direito de preferência para os antigos acionistas, quando a colocação for feita por subscrição pública, ou ainda através de permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos do artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações, ou nos termos de lei especial de incentivos fiscais, conforme aprovado pela Assembleia Geral.

### **CAPÍTULO III – Órgãos da Companhia**

#### **Seção 1 – Disposições Gerais**

**Artigo 11.** São órgãos da Companhia: (i) a Assembleia Geral; (ii) o Conselho de Administração; (iii) a Diretoria Executiva; e (iv) o Conselho Fiscal.

**Parágrafo 1º.** A administração da Companhia caberá ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva, na forma da lei e deste Estatuto.

**Parágrafo 2º.** Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva eleitos tomarão posse mediante a lavratura de termo próprio no livro de atas de reuniões de cada órgão, dispensada a garantia de gestão.

**Parágrafo 3º.** Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva permanecer em seus cargos e no exercício de suas funções até que sejam eleitos seus substitutos, exceto se de outra forma for deliberado pela Assembleia Geral.

**Parágrafo 4º.** Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva estão obrigados, sem prejuízo dos deveres e reponsabilidades a eles atribuídos por lei, a manter reserva sobre todos os negócios da Companhia, devendo tratar como sigilosas todas as informações a que tenham acesso e que digam respeito à Companhia, seus negócios, funcionários, administradores, acionistas, ou contratados e prestadores de serviços, obrigando-se a usar tais informações no exclusivo interesse da Companhia.

**Parágrafo 5º.** A remuneração dos administradores será ficada pela Assembleia Geral. A Assembleia Geral poderá fixar uma verba global para os administradores, caso em que caberá ao Conselho de Administração deliberar a respeito de sua distribuição entre seus membros e da Diretoria Executiva.

## Seção II – Assembleia Geral de Acionistas

**Artigo 12.** A Assembleia Geral dos acionistas é o órgão supremo de deliberação da Companhia e suas decisões obrigam a todos os acionistas, ainda que ausentes.

**Artigo 13.** A Assembleia Geral poderá ser ordinária ou extraordinária. A Assembleia Geral Ordinária será realizada dentro dos quatro (4) primeiros meses subsequentes ao fim do exercício social da Companhia e a Assembleia Geral Extraordinária será realizada sempre que houver interesse social, permitida a realização conjunta de ambas.

**Parágrafo Único.** Compete à Assembleia Geral, além das demais atribuições previstas em lei:

- (i) Alterar o Estatuto Social;
- (ii) Mudança do objeto da companhia;
- (iii) Tomar as contas dos administradores relativas ao último exercício social;
- (iv) Examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;
- (v) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição dos dividendos;
- (vi) Eleger os membros do Conselho Fiscal, quando instalado;
- (vii) Eleger os membros do Conselho de Administração;
- (viii) Fixar os honorários globais dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;

- (ix) Atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais desdobramentos e grupamentos de ações;
- (x) Aprovar programas de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores e empregados; e
- (xi) Deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da Companhia, sua dissolução e liquidação eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação.

**Artigo 14.** A Assembleia Geral, salvo as exceções previstas na legislação em vigor e neste Estatuto Social, será convocada pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal ou acionistas, na forma da lei.

**Artigo 15.** A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, por quem o substituir na forma do artigo 18, cabendo-lhe designar o secretário de mesa.

**Artigo 16.** A Assembleia Geral se instalará conforme previsto em lei.

**Parágrafo 1º.** O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia, advogado, instituição financeira ou administrador de fundos de investimento que represente os condôminos.

**Parágrafo 2º.** A Assembleia Geral só poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes dos respectivos editais de convocação, que deverão indicar adequadamente as matérias a serem deliberadas.

**Parágrafo 3º.** As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos, ressalvadas as exceções previstas em lei e neste Estatuto Social, não se computando os votos em branco.

### Seção III – Conselho de Administração

**Artigo 17.** O Conselho de Administração será composto por 5 (cinco) membros efetivos, todos eleitos pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, admitida a reeleição por igual período, residente ou não no País. Terminado o prazo do mandato, os membros do Conselho de Administração permanecerão nos cargos até a posse dos sucessores. A Assembleia Geral poderá optar por eleger um único membro suplente para alguns ou todos os membros efetivos.

**Parágrafo 1º.** O conselheiro, efetivo ou suplente, deve ter reputação ilibada. Não poderá ser eleito para o Conselho de Administração, salvo dispensa na Assembleia, aquele que (i) for empregado ou ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia; ou (ii) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia. Não poderá ser exercido o direito de voto pelo conselheiro caso se configurem, supervenientemente, esses fatores de impedimento.

**Parágrafo 2º.** O Conselho de Administração terá 1 (um) Presidente eleito pela Assembleia Geral. Caberá ao Presidente do Conselho de Administração o voto de desempate.

**Artigo 18.** O Presidente do Conselho de Administração será substituído em suas ausências ou impedimentos pelo Conselheiro de maior idade. Os demais membros do Conselho de Administração serão substituídos em suas ausências ou impedimentos pelo seu suplente.

**Parágrafo Único.** As reuniões do Conselho de Administração serão presididas por seu Presidente ou, na sua ausência, por quem o substituir na forma deste artigo.

**Artigo 19.** Ocorrendo vacância, por qualquer motivo, no Conselho de Administração, um substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes. Se ocorrer vacância na maioria dos cargos, a Assembleia Geral será convocada para proceder à nova eleição.

**Parágrafo Único.** Para os fins deste artigo, ocorrerá vacância de um cargo de membro do Conselho de Administração quando ocorrer a destituição, renúncia, morte, impedimento comprovado, invalidez ou ausência injustificada por mais de duas reuniões consecutivas do Conselho de Administração.

**Artigo 20.** O Conselho de Administração reunir-se-á mensalmente e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, convocado pelo Presidente ou por deliberação da maioria dos seus membros, observado o prazo de antecedência de 7 (sete) dias. Em caso de urgência justificada, a reunião poderá ser convocada e realizada sem observância do prazo mínimo antes referido.

**Parágrafo 1º.** As reuniões serão instaladas com maioria simples de seus membros e reputar-se-ão válidas as deliberações tomadas pela maioria dos votos, sendo aceitos votos escritos antecipados, para efeito de quórum e deliberação. Os conselheiros poderão participar das reuniões do Conselho de Administração por conferência telefônica ou por vídeo conferência, devendo, neste caso, encaminhar seu voto por escrito ao Presidente do Conselho de Administração, por intermédio de carta, fac-símile ou correio eletrônico, após o término da reunião. Caberá ao Presidente do Conselho de Administração o voto de desempate.

**Parágrafo 2º.** Independentemente das formalidades de convocação previstas neste artigo, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Conselheiros por si ou representados na forma do Parágrafo 1º deste artigo.

**Parágrafo 3º.** As deliberações do Conselho de Administração serão objeto de assentamento em atas. Se produzirem efeito contra terceiros, serão arquivadas no Registro do Comércio.

**Artigo 21.** Compete ao Conselho de Administração, privativamente,

- (i) Fixar a orientação geral dos negócios, planos, projetos e diretrizes econômicas e financeiras, industriais e comerciais da Companhia, aprovados pela Assembleia Geral;
- (ii) Analisar e aprovar o Orçamento Anual da Companhia;
- (iii) Analisar e autorizar planos de investimentos e desmobilizações, fixando o valor de alçada, a forma de financiamento e as garantias que poderão ser concedidas para a sua implementação;
- (iv) Manifestar-se sobre qualquer proposta a ser encaminhada à Assembleia Geral;
- (v) Convocar a Assembleia Geral, nos termos da lei;
- (vi) Eleger e destituir Diretores da Companhia, atribuir designações e fixar-lhe as atribuições, observando o que a respeito dispuser este Estatuto Social;



- (vii) Fiscalizar a gestão dos Diretores e examinar a qualquer tempo, livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer operações, contratadas ou em contratação;
- (viii) Manifestar-se sobre as demonstrações contábeis e relatórios da administração;
- (ix) Deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real e autorizar a emissão de quaisquer instrumentos de crédito para a captação de recursos, como *bonds*, *notes*, *commercial papers* e outros, de uso comum no mercado, deliberando ainda sobre as suas condições de emissão e resgate, desde que haja a previa autorização da Assembleia Geral;
- (x) Autorizar a aquisição de ações e debêntures emitidas pela Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria para posterior alienação, observadas as normas legais vigentes;
- (xi) Apresentar à Assembleia Geral proposta de plano para outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores e empregados, nos termos da lei e deste Estatuto;
- (xii) Aprovar programas de outorga de opção de compra ou subscrição de ações administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia;
- (xiii) Autorizar a aquisição e alienação de bens imóveis, de participações societárias e a constituição de ônus reais;
- (xiv) Autorizar a contratação de empréstimo e financiamentos;
- (xv) Aprovar quaisquer contratos, cujo valor seja superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e a sua adequada às condições e práticas de mercado;
- (xvi) Fixar a política de atribuição e a distribuição de participação nos lucros anuais aos empregados e aos administradores, obedecendo ao que dispuser a Assembleia Geral;
- (xvii) Escolher e destituir os auditores independentes da Companhia;
- (xviii) Em caso de liquidação, nomear o liquidante e fixar a sua remuneração, podendo também destituí-lo;
- (xix) Autorizar a concessão de garantia real ou fidejussória em favor de terceiros que não a própria Companhia;
- (xx) Deliberar previamente sobre a apresentação, pela Companhia, de pedido de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial;
- (xxi) Aprovar a outorga de procurações pela Diretoria Executiva para assuntos que envolvam valores acima de R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
- (xxii) Deliberar previamente sobre a propositura ou o encerramento de qualquer processo ou procedimento judicial ou arbitral de valor superior a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido da Companhia, apurado no balanço do exercício anterior ao evento (exceto se no curso normal dos negócios); e
- (xxiii) Distribuir a remuneração global fixada pela Assembleia Geral entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

#### Seção IV – Diretoria Executiva

**Artigo 22.** A Diretoria Executiva da Companhia é composta de dois membros, sem denominação específica, a ser estabelecida pelo Conselho de Administração, sendo eleitos e/ou reeleitos a cada 2 (dois) anos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, todos residente no país.

**Parágrafo Único.** No caso de vacância de qualquer cargo na Diretoria Executiva, o Conselho de Administração deverá ser convocado, imediatamente, com o propósito de eleger novo Diretor para preencher o cargo vago.

**Artigo 23.** Salvo as matérias de competência das Assembleias Ordinárias ou Extraordinárias e do Conselho de Administração, as demais serão tratadas em Reunião de Diretoria Executiva, sendo aprovadas com votos favoráveis que representem 2/3 (dois terços) dos seus membros.

**Parágrafo 1º.** As reuniões da Diretoria Executiva serão presididas pelo Diretor mais antigo e, na sua ausência, por outro membro da Diretoria Executiva escolhida pela maioria dos Diretores presentes.

**Parágrafo 2º.** Dependem da autorização do Conselho de Administração a concessão de avais e/ou fianças, assim como alienação ou aquisição de bens imóveis pela Companhia.

**Parágrafo 3º.** Compete a qualquer um dos membros da Diretoria Executiva, isoladamente: (i) representar a Companhia ativa e passivamente em juízo; (ii) representar a Companhia junto a clientes, fornecedores, entidades de classe e órgãos públicos federais, estaduais e municipais; e (iii) fazer cumprir os orçamentos aprovados.

**Parágrafo 4º.** Fica limitado a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) o valor total de alçada para assinatura, pela Diretoria Executiva, de contratos ou documentos que importem em obrigações para a Companhia, sem necessidade de prévia autorização do Conselho de Administração.

**Artigo 24.** Observado o disposto no Parágrafo 4º acima, somente obrigarão a Companhia perante terceiros atos, contratos, títulos cambiais, cheques, documentos e papéis que forem assinados: (i) conjuntamente por dois membros da Diretoria Executiva; (ii) por um dos membros da Diretoria Executiva em conjunto com o Presidente do Conselho de Administração, que na sua ausência será substituído conforme a regra prevista no artigo 18 desse Estatuto; (iii) por dois membros do Conselho de Administração.

**Parágrafo Único.** O Conselho de Administração poderá autorizar a nomeação de Procuradores com poderes específicos.

**Artigo 25.** As procurações serão sempre outorgadas em nome da Companhia, através de instrumento público, por dois membros do Conselho de Administração, um deles necessariamente o seu Presidente, que em seus impedimentos será substituído conforme a regra do artigo 18 deste Estatuto, salvo as "ad judícia" que poderão ser por prazo indeterminado.

**Parágrafo 1º.** Os mandatos deverão especificar obrigatoriamente a sua duração e os fins a que se vinculam os poderes outorgados.

**Parágrafo 2º.** A outorga de poderes para a prática de atos que envolvam valores acima de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) deve ser previamente aprovada pelo Conselho de Administração.

**Artigo 26.** Não é permitido aos acionistas, conselheiros, diretores, procuradores, prepostos ou funcionários, o uso da denominação social em documentos e para fins estranhos ao objeto social e/ou de favor que impliquem em responsabilidade para a Companhia.

### Seção V – Conselho Fiscal

**Artigo 27.** A Companhia terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente, composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e iguais números de suplentes, acionistas ou não, observados os requisitos e impedimentos legais.

**Parágrafo Único.** O Conselho Fiscal será instalado pela Assembleia Geral a pedido de acionistas que representem, no mínimo 10% (dez por cento) das ações com direito a voto, e seu período de funcionamento terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária subsequente. Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos com mandato até a Assembleia Geral Ordinária subsequente, podendo vir a ser reeleitos.

**Artigo 28.** Compete ao Conselho Fiscal, cujas funções são indelegáveis, as atribuições que lhes confere a Lei, e os honorários serão fixados pela Assembleia Geral que os eleger, respeitando o limite mínimo previsto no Parágrafo 3º do artigo 162 da Lei das Sociedades por Ações.

**Parágrafo Único.** Os membros do Conselho Fiscal tomarão posse mediante a assinatura do termo respectivo, lavrado em livro próprio.

### Seção VI – Comitês



**Artigo 29.** Por deliberação de seus membros, o Conselho de Administração poderá criar comitês de assessoramento, independentemente de alteração deste estatuto social.

**Artigo 30.** A supervisão (i) dos processos de controles internos e de gerenciamento de riscos; (ii) das atividades da auditoria interna; e (iii) das atividades das empresas de auditoria independente será exercida pelo Comitê de Auditoria, a quem caberá, também, recomendar ao Conselho de Administração a escolha e a destituição dos auditores independentes.

**Parágrafo 1º.** O Comitê de Auditoria será constituído por 3 (três) membros, eleitos anualmente pelo Conselho de Administração entre seus membros ou profissional independente de comprovado conhecimento nas áreas de contabilidade e auditoria.

**Parágrafo 2º.** A posição de Coordenador deste Comitê será exercida por um dos membros do Conselho de Administração. Na ausência do coordenador, assumirá o membro com a maior idade.

**Parágrafo 3º.** Os membros independentes do Comitê de Auditoria que não integrem o Conselho de Administração não poderão: (i) ter vínculo com qualquer Entidade Relacionada; (ii) ser acionista(s) controlador(es), membro(s) do grupo de controle, diretor, gerente, cônjuge(s) ou parente(s) até segundo grau deste, ou ser vinculado(s) a qualquer Entidade Relacionada, (iii) ter sido empregado ou diretor de qualquer Entidade Relacionada ou de quaisquer de suas subsidiárias nos últimos 12 (doze) meses, (iv) estar fornecendo ou comprando, direta ou indiretamente, serviços ou produtos de qualquer Entidade Relacionada, (v) ser funcionário(s) ou diretor(s) de entidade que esteja oferecendo serviços ou produtos à

qualquer Entidade Relacionada, e (vi) receber qualquer tipo de remuneração de qualquer Entidade Relacionada.

**Parágrafo 4º.** O Conselho de Administração destituirá qualquer integrante do Comitê de Auditoria de ser cargo se a sua independência tiver sido comprometida por qualquer circunstância de conflito ou potencialmente conflituosa.

**Parágrafo 5º.** Os membros do Comitê de Auditoria poderão ser reconduzidos ao cargo.

**Artigo 31.** O Comitê de Auditoria reunir-se-á por convocação do seu Coordenador, no mínimo trimestralmente, e deverá zelar: (i) pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras; (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares vigentes; (iii) pela atuação, independência e qualidade o trabalho das empresas de auditoria independente e da auditoria interna; e (iv) pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos.

**Artigo 32.** O Comitê de Auditoria deverá elaborar, ao final de cada exercício social, relatório sobre o acompanhamento das atividades relacionadas com as auditorias independente e interna e com Sistema de Controles Internos e de Gerenciamento de Riscos, encaminhando cópia ao Conselho de Administração.

#### **CAPÍTULO IV – Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Dividendos**

**Artigo 33.** O exercício social compreende o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano. Ao final de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras exigidas pela legislação vigente.

**Parágrafo 1º.** É facultado ao Conselho de Administração, a seu critério, levantar balanços parciais com base nos quais poderão ser declarados e pagos dividendos intermediários, na forma do artigo 204 da Lei das Sociedades Anônimas.

**Parágrafo 2º.** As demonstrações financeiras da Companhia deverão ser elaboradas na forma da lei.

**Parágrafo 3º.** A Companhia deverá contratar auditores com comprovada experiência na elaboração de demonstrações financeiras, de acordo com os padrões contábeis amplamente aceitos.

**Artigo 34.** O lucro líquido apurado em cada exercício social terá a seguinte destinação:

- (i) 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição da reserva legal até o limite previsto em lei;
- (ii) 1% (um por cento) dos lucros líquidos anuais que vierem a ser apurados pela Companhia serão distribuídos aos acionistas na proporção de sua participação no capital social;
- (iii) O valor remanescente do lucro será levado à conta de reserva de lucros ou será distribuído entre os acionistas na proporção de cada um no capital social da Companhia, a ser definido pela Assembleia Geral.

**Parágrafo 1º.** Os pagamentos de dividendos aos acionistas serão realizados no prazo de 60

(sessenta) dias a contar data que tenha sido aprovada a distribuição pela Assembleia Geral. Os dividendos e/ou juros sobre capital próprio não reclamados não vencerão juros e, no prazo de 3 (três) anos, reverterão em benefício da Companhia.

**Parágrafo 2º.** A retenção de lucros com base em orçamento de capital nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações não poderá ser aprovada, em cada exercício social, em prejuízo da distribuição do dividendo obrigatório.

**Parágrafo 3º.** A Companhia poderá pagar aos seus acionistas, mediante deliberação da Assembleia Geral, juros remuneratórios sobre o capital próprio nos termos do parágrafo 7º do artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e legislação e regulamentação pertinentes.

**Artigo 35.** A Assembleia Geral poderá atribuir aos administradores da Companhia uma participação nos lucros, nos termos do Parágrafo 1º, do artigo 152, da Lei das Sociedades por Ações.

## **CAPÍTULO V – Liquidação da Companhia**

**Artigo 36.** A Companhia entrará em liquidação nos casos determinados em lei, cabendo à Assembleia Geral eleger o(s) liquidante(s), o Conselho fiscal que deverá funcionar nesse período, bem como fixar os honorários correspondentes, obedecidas as formalidades legais.

## **CAPÍTULO VI – Acordo de Acionistas**

**Artigo 37.** Os acordos de acionistas, devidamente registrados na sede da Companhia, que estabeleçam cláusulas e condições em caso de alienação de ações de sua emissão, disciplinem o direito de preferência na respectiva aquisição ou regulem o exercício do direito de voto dos acionistas, serão respeitados pela Companhia e pela sua administração.

## **CAPÍTULO VII – Disposições Finais e Transitórias**

**Artigo 38.** A Companhia observará os acordos de acionistas arquivados em sua sede, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora (incluindo o Presidente) da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração acatar declaração de voto de qualquer acionistas signatário de acordo de acionistas devidamente arquivado na sede social, que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo, sendo também expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder à transferência de ações, à oneração e/ou à cessão de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros valores mobiliários que não respeitar aquilo que estiver previsto e regulado em acordo de acionistas.

**Artigo 39.** É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais.

**Parágrafo Único.** É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie, sob qualquer modalidade, para qualquer acionista.

**Artigo 40.** Em tudo o que for omissivo o presente Estatuto Social, serão aplicadas as disposições da Lei das Sociedades por Ações e às demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral.

**Artigo 41.** Quaisquer assuntos não contemplados neste estatuto serão resolvidos primeiramente pelo Conselho de Administração e posteriormente sancionados em Assembleia Geral, com observância de todas as disposições legais aplicáveis.

**Artigo 42.** Todas e quaisquer dúvidas, questões, controvérsias em geral dos acionistas e/ou da Companhia e/ou entre eles relativas ao presente Estatuto Social serão submetidas a arbitragem, administrada e regida pelas Regras do Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ).

**Parágrafo 1º.** Caso as regras procedimentais da ACRJ sejam silentes em qualquer aspecto procedimental, estas regras serão suplementadas pelas disposições da Lei nº. 9.307, de 23 de setembro de 1996.

**Parágrafo 2º.** Ao Tribunal Arbitral caberá resolver todas as controvérsias relativas ao litígio, inclusive as de cunho incidental, cautelar, coercitivo ou interlocutório, sendo vedado aos Árbitros decidir por equidade.

**Parágrafo 3º.** O Tribunal Arbitral será formado por 3 (três) árbitros, que deverão ser indicados de acordo com o seguinte procedimento: (i) o polo requerente deverá indicar um árbitro, (ii) o polo requerido deverá indicar um árbitro. O terceiro, que atuará como Presidente do Tribunal Arbitral, será nomeado pelos árbitros indicados pelas Partes. Na hipótese de os árbitros indicados pelas Partes não chegarem a um consenso quanto ao terceiro árbitro, este será designado segundo as regras da ACRJ.

**Parágrafo 4º.** A arbitragem será realizada na Cidade do Rio de Janeiro, e a Sentença Arbitral será proferida na Cidade do Rio de Janeiro, Brasil. O idioma da arbitragem será o Português e a Sentença Arbitral deverá ser proferida em 120 (cento e vinte) dias.

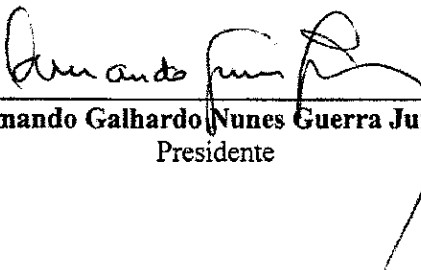
**Parágrafo 5º.** O procedimento arbitral, assim como documentos e informações levados à arbitragem, estará sujeito ao sigilo.

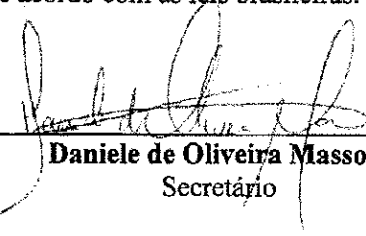
**Parágrafo 6º.** A Sentença Arbitral a ser prolatada pelo Tribunal Arbitral poderá ser levada a qualquer tribunal competente para determinar a sua execução, a qual será considerada final e definitiva, obrigando as partes, as quais renunciam expressamente a qualquer recurso, com exceção do pedido de esclarecimento previsto no art. 30 da Lei nº. 9.307, de 23 de setembro de 1996.

**Parágrafo 7º.** Não obstante, cada uma das partes se reserva o direito de recorrer ao Poder Judiciário com o objetivo de (a) assegurar a instituição da arbitragem, (b) obter medidas cautelares de proteção de direitos previamente à instituição da arbitragem, sendo que qualquer procedimento neste sentido não será considerado como ato de renúncia a arbitragem como o único meio de solução de conflitos escolhidos pelas partes, (c) executar qualquer decisão do Tribunal Arbitral, inclusive, mas não exclusivamente, da Sentença Arbitral e (d) pleitear eventualmente a nulidade da sentença arbitral, conforme previsto em lei. Na hipótese de as partes recorrerem ao Poder Judiciário nas situações acima, o Foro da Comarca do Rio

de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro será o competente para conhecer de qualquer procedimento judicial.

**Parágrafo 8º.** Este Estatuto será regido e interpretado de acordo com as leis brasileiras.

  
**Armando Galhardo Nunes Guerra Junior**  
Presidente

  
**Daniele de Oliveira Massoto**  
Secretário



### IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMACAO S A, NIRE 33.3.0028405-2, PROTOCOLO 00-2022/762897-7, ARQUIVADO EM 04/10/2022, SOB O NÚMERO (S) 00005119369, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	Nome
052.010.967-86	CLEBER BARROS

04 de outubro de 2022.

Jorge Paulo Magdaleno Filho  
Secretário Geral

1/1





Page 01/29



Presidência da República  
Secretaria de Micro e Pequena Empresa  
Secretaria de Racionalização e Simplificação  
Departamento de Registro Empresarial e Integração  
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0028405-2

Tipo Jurídico

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

Nº do Protocolo

00-2023/322961-2

JUCERJA

Último arquivamento:

00005431164 - 19/04/2023

NIRE: 33.3.0028405-2

RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMACAO S A

Boleto(s): 104343692

Hash: BEA80D18-4315-4FB7-8B48-90F7B7C345E8

Processo Nº: 20537/23  
Rubrica: 6221-57

Orgão	Calculado	Pago
Junta	720,00	720,00
DREI	0,00	0,00

## REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

## RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMACAO S A

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código  
do Ato

007

Código Evento	Qtde.	Descrição do ato / Descrição do evento
999	1	Ata de Assembleia Geral Extraordinária / Sem Eventos (Empresa)
XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XX

### Requerente

Rio de Janeiro

Local

25/04/2023

Data

Nome:	Cleber Barros
Assinatura:	ASSINADO DIGITALMENTE O Requerente DECLARA, sob sua responsabilidade pessoal, sem prejuízo das sanções administrativas, cíveis e penais, a veracidade dos documentos e assinaturas apresentados no presente processo
Telefone de contato:	2122206181
E-mail:	cblservicos@gmail.com
Tipo de documento:	Digital
Data de criação:	25/04/2023
Data da 1ª entrada:	



00-2023/322961-2

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMACAO S A

NIRE: 33.3.0028405-2 Protocolo: 00-2023/322961-2 Data do protocolo: 25/04/2023

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/04/2023 SOB O NÚMERO 00005443514 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3F2DA3B3C65E48CE5F27143F6F2E9C2911B5A65667FFCB4B1793325169034C79

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 02/29

**RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.**

("Companhia")

CNPJ 09.127.934/0001-63

NIRE 33.3.0028405-2

**ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 2023**

**1. DATA, HORA E LOCAL:** Realizada às 15:00 horas do dia 23 de março de 2023, na Rua da Assembleia nº 10, salas 3311 e 3411, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20011-901.

**2. MESA:** Presidente da Assembleia – Armando Galhardo Nunes Guerra Junior  
Secretária da Assembleia – Daniele de Oliveira Massoto

**3. CONVOCAÇÃO:** As convocações foram devidamente realizadas no Jornal Monitor Mercantil e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro em 15, 16 e 17 de Março de 2023 e 15, 16 e 17 de março de 2023 respectivamente, na forma do art. 124 da Lei 6.404/76 ("LSA") ("Anexo I"), bem como no sítio eletrônico da Companhia na rede mundial de computadores, no link de acesso <https://www.riopar.com.br/publicacoes-rti>.

**4. PRESENÇA:** Os acionistas da Companhia representando 99,4% das ações com direito a voto do capital social conforme Lista de Presença constante do Anexo II da presente Ata.

**5. ORDEM DO DIA:** (a) Eleição dos Membros do Conselho de Administração.

**6. DELIBERAÇÕES:** Foi informado inicialmente pelo Presidente que, conforme autorizado pelo parágrafo 1º do Artigo 130 da LSA, a Ata desta Assembleia será lavrada na forma de sumário dos fatos, inclusive dissidências e protestos, e conterá apenas a transcrição das deliberações tomadas, observando-se para tanto as condições das alíneas (a) e (b) do parágrafo 1º do Artigo 130 da LSA. Na sequência, foi examinada e debatida a única matéria constante da ordem do dia, e deliberado, por voto dos acionistas presentes, representando 99,4% das ações com direito a voto de emissão da Companhia:

**6.1.1** A eleição dos seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia, na forma do art. 13, parágrafo único, item (vii), do Estatuto Social com mandato unificado de 2 (dois) anos:

(i) **Sr. Jorge Manuel Pereira Dias**, português, casado, administrador, portador da Carteira de Identidade de estrangeiro RNE nº V111199-I, expedida pelo CGPI/DIREX/DPF e CPF/MF nº 033.766.447-13, domiciliado na Avenida dos Flamboyants, nº 1020/906, Barra da Tijuca – RJ, para o cargo de membro efetivo e Presidente do Conselho de Administração;

(ii) **Sr. Marco Antonio Feres de Freitas**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade nº 05.374.290-4 DETRAN/RJ e CPF/MF nº 734.018.387-68, domiciliado na Rua Yamato, nº 23, cobertura 01, Agriões, Teresópolis – RJ, para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração;

(iii) **Sr. Fábio Teixeira Alves**, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 05663837-2 – IFP/RJ e CPF/MF nº 765.709.407-91, domiciliado na Rua Conchita de Moraes, nº 10, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro – RJ, para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração;

(iv) **Valmir Fernandes do Amaral**, brasileiro, divorciado, empresário, portador da Carteira de Identidade M1-813.418 SSP/MG e CPF nº 350.153.816-20, domiciliado na Rua Cosmorama, nº 500, Cosmorama, Mesquita, Rio de Janeiro – RJ, para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração.

(v) **Sr. João Gouveia Ferrão Neto**, brasileiro, engenheiro mecânico, casado, portador da carteira de identidade nº 9386944, expedido pelo SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 059.085.628-66, residente e domiciliado na Alameda Rio Tapajós, nº 89, Condomínio Rio Vermelho, CEP: 13807-815 - Mogi Mirim - São Paulo - SP., para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração.

**6.2.** Os Conselheiros ora eleitos deverão comparecer na sede da Companhia para tomar posse dos respectivos cargos, mediante assinatura de Termo de Posse, que deverá ser assinado em até 30 (trinta) dias contados da presente data.

**6.3.** Em razão das deliberações acima, o Conselho de Administração da Companhia passa a ser composto pelos seguintes membros: (a) **Sr. Jorge Manuel Pereira Dias**, membro efetivo e Presidente do Conselho de Administração; (b) **Sr. Marco Antonio Feres de Freitas**, membro efetivo; (c) **Sr. Fábio Teixeira Alves**, membro efetivo; (d) **Sr. Valmir Fernandes do Amaral**, membro efetivo; e (e) **Sr. João Gouveia Ferrão Neto**, membro efetivo.

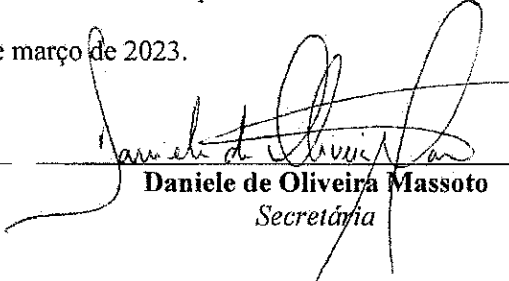
**6.4.** A remuneração dos membros do Conselho de Administração será de R\$ 1.302,00 (mil e trezentos e dois reais) por mês para cada membro efetivo, sendo de igual valor a remuneração dos diretores, a serem eleitos oportunamente.

**6.5.** Por fim, foi autorizada a prática pela Diretoria Executiva da *Companhia de todo* e qualquer ato para efetivação do ora deliberado, incluindo os atos necessários ao registro e à publicação da presente ata.

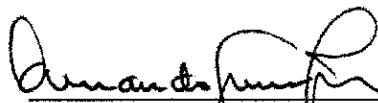
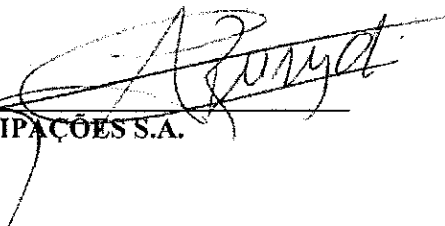
7. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, foi a presente ata lavrada, lida, achada conforme, aprovada e assinada por todos os acionistas presentes, ficando autorizado o seu arquivamento perante o Registro Público de Empresas Mercantis.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2023.

  
Armando Galhardo Nunes Guerra Junior  
Presidente

  
Daniele de Oliveira Massoto  
Secretária

Acionista Presente:

  
  
ROPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

**RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.**  
("Companhia")

CNPJ 09.127.934/0001-63

NIRE 33.3.0028405-2

**ANEXO I**

**ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 2023**

**(Convocações)**

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMACAO S A

NIRE: 333.0028405-2 Protocolo: 00-2023/322961-2 Data do protocolo: 25/04/2023

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/04/2023 SOB O NÚMERO 00005443514 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3F2DA3B3C65E48CE5F27143F6F2E9C2911B5A65667FFCB4B1793325169034C79

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.



JUCERJA  
assinado digitalmente



CNPJ	Razão Social	Data de Publicação	Hash de Publicação
09.127.934/0001-63	RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMACÃO S/A	15/03/2023 09:30:56	1E0D5E114A65B1EA3F64A38232A3F14FFAA8429A

**Convocação de Assembleia Geral**

Data de Início	Data de Fim	Consolidada	Origem
07/03/2023	23/03/2023	-	Participante-Upload

**Título**

Edital de Convocação para AGE - Eleição do novo Conselho de Administração

**Descrição**

Deliberação: Eleição do novo conselho de administração da Companhia

**Anexos**

Tipo de Anexo

Título

Descrição

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMACAO S A

NIRE: 333.0028405-2 Protocolo: 00-2023/322961-2 Data do protocolo: 25/04/2023

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/04/2023 SOB O NÚMERO 00005443514 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3F2DA3B3C65E48CE5F27143F6F2E9C2911B5A65667FFCB4B1793325169034C79

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.



Pag. 07/29

Publicante

Processo Nº:	20531/23
Rubrica	@ Fls: 57

Nome	CPF/CNPJ	Data Publicação	Perfil	Tipo de Acesso
RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMACAO S A:09127934000163	09.127.934/0001-63	15/03/2023 09:30:56	Participante	Certificado Digital

2 de 2

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMACAO S A

NIRE: 333.0028405-2 Protocolo: 00-2023/322961-2 Data do protocolo: 25/04/2023

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/04/2023 SOB O NÚMERO 00005443514 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3F2DA3B3C65E48CE5F27143F6F2E9C2911B5A65667FFCB4B1793325169034C79

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 08/29





**Monitor**  
Mercantil

Quarta-feira, 15/3/2023.

**RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.**  
**CNPJ/MF nº 09.127.934/0001-63 - NIRE: 33.3.0028405-2**  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Ficam os Senhores Acionistas da **RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.**, sociedade inscrita no CNPJ sob o nº 09.127.934/0001-63 ("Companhia"), convocados para a **Assembleia Geral Extraordinária** que será realizada no dia **23 de março de 2023**, às **15:00 horas**, na sede social da Companhia, situada na Rua da Assembleia nº 10, 33º e 34º andar, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20011-901, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (a) Eleição do Novo Conselho de Administração da Companhia. Rio de Janeiro, 07 de março de 2023. Jorge Manuel Pereira Dias - Presidente do Conselho de Administração. **INSTRUÇÃO GERAL:** O Acionista que desejar ser representado por procurador deverá depositar o respectivo mandato, com poderes especiais, na sede social da Companhia até 02 (dois) dias úteis anteriores à data marcada para a realização da Assembleia Geral Extraordinária.



**MONITOR MERCANTIL**  
SA:27897172000166  
2023.03.14 19:49:25 -03'00'



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br>

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S A

NIRE: 33.3.0028405-2 Protocolo: 00-2023/322961-2 Data do protocolo: 25/04/2023

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/04/2023 SOB O NÚMERO 00005443514 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3F2DA3B3C65E48CE5F27143F6F2E9C2911B5A65667FFCB4E1793325169034C79

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 10/29

# L4 Venture Builder, investirá em tecnologia sueca

Fundo capitalizado pela B3, com US\$ 5,55 mi na Vermiculus, provedor para bolsas de valores

O L4 Venture Builder, fundo independente criado pela B3 para buscar oportunidades de negócios no ecossistema de inovação e empreendedorismo, anuncia sua terceira decisão de investimento: liderar aporte de US\$ 5,55 milhões na Vermiculus, empresa sueca provedora de alta tecnologia para bolsas de valores, câmaras de compensação e liquidação e centrais de depósitos ao redor do mundo.

Pedro Meduna, co-fundador do L4, comenta so-

bre o investimento: "Por muito tempo fui conectado ao ecossistema europeu de inovação e sempre fiquei impressionado pela capacidade sueca de desenvolvimento de novas tecnologias. Ao visitar o time Vermiculus, em Estocolmo, nos encantamos com o talento do time e ainda mais com a forma como trabalham. Após finalizarmos a diligência, a L4 decidiu investir em uma empresa com alto potencial de crescimento e com um modelo de negócio baseado em tecnologia própria. Estamos

empolgados já que o plano de negócios da Vermiculus está alinhado com a nossa tese de longo prazo de investir em empresas de alto potencial de crescimento".

Além da Vermiculus, o L4 já realizou aportes em outras duas companhias. A Parfin, líder em infraestrutura web3 na América Latina, e a Bridgewise, empresa que usa inteligência artificial para gerar relatórios de pesquisa e recomendações sobre ativos de mais de 44 mil empresas de capital aberto no mundo.

A rodada de investimen-

to na Vermiculus foi liderada pelo fundo L4. No caso da Parfin e da Bridgewise, as rodadas tiveram como investidores líderes os fundos Framework Ventures e Group11, respectivamente. "Hoje temos outras transações em andamento nas quais somos mais líderes do que acompanhantes, mas estamos abertos para as duas formas de investimentos. No caso da Parfin foi muito importante nos associarmos a um investidor líder da Califórnia que conhece muito o universo web3. No caso da Bridgewise, nos

atraiu o fato em que o investidor líder tinha uma experiência sólida em investir em empresas israelenses", conclui Meduna.

Chairman da Vermiculus, Nils Persson afirma que "esse investimento proporcionará a aceleração da existente e estável estratégia de crescimento da Vermiculus. Ao mesmo tempo em que continuaremos com nossa independência intacta".

Nesse momento, a B3 aproveita para reconhecer a decisão da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) publicada no dia 8 de mar-

ço, no último informativo da reunião do colegiado que concedeu a autorização do investimento pela B3. "Desde que o fundo foi anunciado pela B3 ao mercado, em 2022, trabalhamos na estruturação e na governança do fundo, visando sua independência e ficando muito felizes com a autorização da CVM. Esperamos que o time L4 continue cada vez mais evoluindo de maneira ágil e independente daqui para a frente", explica Milena Faria, superintendente jurídica da B3, que auxiliou no processo.

## O uso malicioso da tecnologia dá um alcance diferente a desinformação

Conversamos com o deputado federal Orlando Silva, PCdoB-SP, sobre o Projeto de Lei 2630, de 2020, que institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet, mas conhecido como Projeto das Fake News.

O projeto em questão é de iniciativa do senador Alessandro Vieira, PSDB-SE, e já foi aprovado pelo Senado em junho de 2020, encontrando-se hoje na Câmara dos Deputados sob a relatoria do deputado Orlando Silva.

**Em conformidade com o Projeto de Lei 2630, de 2020, o que é uma Fake News?**

Não há conceito de Fake News no projeto. Quem batizou "Projeto das Fake News" foi a imprensa. O projeto de lei é sobre liberdade, responsabilidade e transparência na internet. Em primeiro lugar, não há conceito de desinformação no texto porque não é um projeto que tenha esse objetivo. Em segundo lugar, não há consenso acerca do conceito de desinformação.

**Quem será o responsável por determinar o que é uma Fake News?**

Isso não é tema do projeto. O que ele prevê são mecanismos para que os usuários da internet possam contestar a moderação de conteúdo que é feita pelas plataformas. Entende-se por moderação de conteúdo a retirada de uma publicação, a diminuição do seu alcance e a sua rotulagem.

O que nós pretendemos é garantir que o usuário possa ter o direito de defesa, de contraditório, de contestação quando entender que o seu direito de liberdade de

expressão foi violado.

**Se eu sou um usuário e detecto uma informação que não está correta, eu devo acionar a plataforma ou a justiça?**

Se houver uma desinformação, você deve dar ciência à plataforma, que tem a obrigação de retirar conteúdos que não sejam legítimos e de desinformação. Aliás, elas fazem isso, mas não fazem no patamar que eu, pessoalmente, considero adequado.

As plataformas deveriam avançar na moderação de conteúdos ilegais. Por exemplo, se um usuário tiver acesso a uma determinada publicação, ele deve denunciar essa desinformação à plataforma para que ela tenha ciência, se ainda não teve, e a partir daí possa agir fazendo a chamada moderação de conteúdo.

**Caso o projeto seja aprovado, o senhor acredita que as plataformas vão se adaptar a ele?**

Com certeza absoluta, até porque já há um padrão novo. O Ato de Serviços Digitais da União Europeia (Digital Services Act) é uma lei bastante exigente, e as plataformas já estão se adaptando. A lei será cumprida por todos.

**Fake News sempre existiram, mas por que agora há uma preocupação de legislar sobre o tema?**

A questão é que a era digital trouxe um problema: a coleta e o tratamento de dados pessoais. A partir disso, o uso de ferramentas digitais faz com que o alcance da desinformação e o seu efeito seja muitas vezes superior, pois você consegue



divulgar uma determinada mensagem para um público determinado, mapeado a partir da coleta e do tratamento de dados.

A comunicação digital ganhou uma eficácia gigantesca em função dessas realidades que as novas tecnologias trouxeram, e isso passou a produzir danos à vida social, econômica e mesmo política, como, por exemplo, os movimentos antivacina. O Brasil nunca teve esse tipo de movimento, sendo que hoje passou a ter, sobretudo lastreado numa forte campanha de desinformação com relação às vacinas.

As novidades tecnológicas e as possibilidades do uso malicioso da tecnologia dão um alcance diferente a desinformação.

O senhor acredita que o PL 2630 tem chance de ser aprovado pela nova composição da Câmara dos Deputados?

Sim, acredito. Caso ele sofra alterações e tenha que retornar ao Senado, o senhor acredita que ele tem chances de ser aprovado pela nova composição do Senado?

A votação na Câmara, seguramente, ocorrerá antes

do texto do Senado. Contudo, antes do texto ser apreciado pelo plenário da Câmara, será feito um entendimento com o Senado para que ele possa ratificar o texto que foi aprovado na Câmara.

Muito se discutiu a questão das Fake News e o processo eleitoral, contudo, a partir do momento em que o poder público não aceitou aprimorar o processo eleitoral e responder a contento aos questionamentos de parte da população, ele próprio não acabou incentivando a proliferação de Fake News?

Esse é um tema polêmico. Havia uma divisão. Uma parte entendia que o projeto de combate à desinformação deveria ser votado, mas o governo anterior entendia que não. O fato é que houve eleição e, felizmente, o STF (Tribunal Superior Eleitoral) e o STJ (Supremo Tribunal Federal) agiram. O novo governo tem um viés favorável à regulação, o que aumenta a minha confiança de que o projeto será votado.

Contribuição: Jorge Pinheiro

**RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.**  
CNPJ nº 09.127.834/0001-63 - NIRE: 33.1.0028405-2  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**  
Ficam os Senhores Acionistas da RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A., sociedade inscrita no CNPJ sob o nº 09.127.834/0001-63 (Companhia), convocados para a Assembleia Geral Extraordinária que será realizada no dia 23 de março de 2023, às 15:00 horas, na sede social da Companhia, situada na Rua da Assembleia nº 10, 3º e 4º andar, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20011-901, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Eleição do Novo Conselho da Administração da Companhia; Rio de Janeiro, 07 de março de 2023. Jorge Manuel Pereira Dias - Presidente do Conselho de Administração. INSTRUMENTO GERAL: O Acionista que quiser ser representado por procurador deverá depositar o respectivo mandato, com poderes especiais, na sede social da Companhia até 02 (dois) dias úteis anteriores à data marcada para a realização da Assembleia Geral Extraordinária.

**LUZIANIA-ANGELANDIA TRANSMISSORA S.A.**  
CNPJ nº 14.963.12/0001-7  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**  
Convidamos os senhores acionistas da Luziania Angelandia Transmissora S.A. a se reunirem em assembleia geral ordinária a realizar-se de forma virtual no dia 22 de março de 2023, às 14:00 horas, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras, Relatório de Administração e Parecer dos Auditores Independentes, referente ao exercício social findo em 31.12.2022; 2. Apreciação da destinação do resultado do exercício; 3. Eleição dos membros do Conselho Fiscal da Companhia; Inquirir e suplicar; 4. Fazer o balanço global anual da remuneração dos Administradores da Companhia; 5. Fazer a remuneração dos membros do Conselho Fiscal. LUZIANIA-ANGELANDIA TRANSMISSORA S.A. Ramon Sade Haddad - Presidente do Conselho de Administração.

**BRASESCO SAÚDE S.A.**  
CNPJ nº 02.693.118/0184-50  
**RECEBIMENTO DA LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA**  
- LAS, Nº 106 SOLIDIA  
Brasenco Saúde S.A., CNPJ nº 02.693.118/0184-50, TERMO PÚBLICO DE RECEBIMENTO DA LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA - LAS, Nº 106 SOLIDIA, junta a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Ambiental - SEMAR, para atividade de Sociedade Seguradora de Seguros Saúde, na Avenida 7 de setembro, 711, Centro, Porto Velho, RO.

**SINDICATO DA INDÚSTRIA DE MATERIAL PLÁSTICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**NEGOCIAÇÃO DE CONVENÇÃO COLETIVA - REGIÃO SÃO GONÇALO**  
**CONVOCAÇÃO**  
O Presidente do SIMPERU - Sindicato da Indústria de Material Plástico do Estado do Rio de Janeiro e o Presidente da SINDPETROQUÍMICOS - Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Material Plástico, Resinas Sintéticas, Laminados de Vidro, Petroquímicas, Tinta e Verniz, Produtos Médicos Hospitalares e Odontológicos dos municípios de Itaboraí, São Gonçalo, Tanguá, Saquarema, Araruama, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia, Araruama de Buzos e Cabo Frio, compõem o triplo das entidades sindicais, convocam as Indústrias de Material Plástico do Estado do Rio de Janeiro para a negociação da convenção coletiva no próximo dia 24 de março de 2023, às 14:00h, com empresários e às 15:00h com o Sindicato dos Trabalhadores, por Zema, para formação tripartite da Comissão de Negociação 2023/2024, constituída e coordenada por: a) Comissão de Negociação, com estabelecimento do parâmetro, para conduzir todo o processo de negociação com o Sindicato dos Trabalhadores; SINDPETROQUÍMICOS, até o encerramento da Dissidência, se necessário; Rio de Janeiro, 15 de março de 2023. GLAUSTONE SANTOS JUNIOR - Presidente

**Edital de Convocação das AGE e AGO da ANH RIO DE JANEIRO**  
Ficam convocados os associados da CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA BRASILEIRA ALEMÃ DO RIO DE JANEIRO para a Assembleia Geral a ser realizada na sede social, na Avenida Green Arango, 1 - 1º andar, Centro - Rio de Janeiro, RJ, no dia 30 de março de 2023, às 10:00, em primeira convocação e, no mesmo dia, às 10:15, em segunda convocação, para deliberar sobre as seguintes matérias: a) Assembleia Geral Extraordinária; b) Modificação do Art. 2º do Estatuto Social, para acrescentar o item f, a saber, "f) formalizar e incentivar práticas atendendo critérios ESG (Ambiental, Social e Governança) e aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, interna e externamente, passando a vigorar com a seguinte redação: Artigo 2 - A Câmara tem por objetivo principal fomentar as relações econômicas entre o Brasil e a Alemanha, visando ao desenvolvimento econômico, social e cultural, promovendo o comércio, o mercado e a ampliação do mesmo para pequenas e médias empresas. Entre seus objetivos incluem-se: a) a representação de seus associados no relacionamento econômico entre o Brasil e a Alemanha, bem como assessoramento e orientação dos mesmos segundo critérios de qualidade geralmente aceitos; b) o incentivo ao intercâmbio de tecnologia entre os dois países, bem como a promoção e o desenvolvimento de práticas de sustentabilidade; c) o estabelecimento de parcerias com entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais; d) a promoção da imagem da Alemanha junto ao Brasil e a do Brasil junto à Alemanha para atração de investimentos; e) incentivar e promover atividades e projetos nas áreas do esporte geral, respectivamente no desenvolvimento do esporte amador; f) formalizar e incentivar práticas atendendo critérios ESG (Ambiental, Social e Governança) e aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, interna e externamente; g) Assembleia Geral Ordinária. (ii) Relatório de Atividades da Diretoria no ano de 2022; (iii) Apreciação das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; (iv) Eleição remota; (v) Aprovação da substituição de membros para os cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretoria e Conselho Consultivo; e (vi) Assuntos gerais. Roberto Cortes - Presidente

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S A

NIRE: 333.0028405-2 Protocolo: 00-2023/322961-2 Data do protocolo: 25/04/2023

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 27/04/2023 SOB O NÚMERO 00005443514 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3F2DA3B3C65E48CE5F27143F6E29C2911B5A65667FFC84B1793325169034C79

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



## ATAS, CERTIDÕES E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### Associações, Sociedades e Firms

**MULTIPLAN BARRA 1 EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA.**  
CNPJ nº 19.406.916/0001-74 - NIRE nº 33.2.0963172-1  
**11ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL.** Pelo presente instrumento particular e de melhor forma de direito, **MULTIPLAN EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.**, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas nº 4.200, bloco 2, sala 501, Barra da Tijuca, CEP 22.640-102, inscrita no CNPJ nº 07.819.800/0001-53 e no NIRE nº 33.0027845-1, neste ato representada por seus Diretores, os Srs. Armando d'Almeida Neto, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade IPRJ nº 04.738.209-8, inscrito no CPF-ME sob o nº 757.797.307-58, e Hans Christian Melchers, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade DETRANRJ nº 12.259.511-9, inscrito no CPF-ME sob o nº 090.805.057-73, ambos residentes e domiciliados na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Av. das Américas nº 4.200, bloco 2, sala 501, Barra da Tijuca, CEP 22.640-102 (NIRE), e **MULTIPLAN HOLDING S.A.**, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas nº 4.200, bloco 2, sala 501, Barra da Tijuca, CEP 22.640-102, inscrita no CNPJ nº 13.249.535/0001-13 e no NIRE nº 33.0029672-7, neste ato representada por seus Diretores, os Srs. Armando d'Almeida Neto, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade IPRJ nº 04.738.209-8, inscrito no CPF-ME sob o nº 757.797.307-58, e Hans Christian Melchers, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade DETRANRJ nº 12.259.511-9, inscrito no CPF-ME sob o nº 090.805.057-73, ambos residentes e domiciliados na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Av. das Américas nº 4.200, bloco 2, sala 501, Barra da Tijuca, CEP 22.640-102 (NIRE), e **MULTIPLAN BARRA 1 EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA.**, sociedade com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas nº 4.200, bloco 2, sala 501, Barra da Tijuca, CEP 22.640-102, inscrita no CNPJ nº 19.406.916/0001-74 e no NIRE nº 33.2.0963172-1 (Sociedade). Resolvem as sócias alterar o Contrato Social da Sociedade, conforme abaixo: 1. Deliberam as sócias, por unanimidade e sem quaisquer restrições, proceder com a redução do capital social da Sociedade no montante de R\$ 21.100.000,00 (vinte e um milhões e cem mil e noventa e seis reais) em uma única vez, em razão de ter o mesmo tornado-se excessivo, nos termos do art. 1.082, inciso II, da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), mediante a cancelamento de 21.100.000 (vinte e um milhões e cem mil) quotas representativas do capital social da Sociedade. 2. As sócias decidiram ainda, por unanimidade, que o montante resultante da redução do capital social será restituído à sócia MTE em moeda corrente nacional: (a) R\$ 21.079.900,00 (vinte e um milhões, setecenta e oito mil e noventa e seis reais) serão restituídos à sócia MTE em moeda corrente nacional; e (b) R\$ 21.100.000 (vinte e um mil e cem reais) serão restituídos à sócia MTH em moeda corrente nacional. 3. A mudança fica condicionada, entretanto, à manifestação da oposição de credores da Sociedade durante o prazo de 90 (noventa) dias a contar da publicação deste instrumento no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Diário Comercial, conforme previsto no art. 1.084, §1º, do Código Civil Brasileiro. 4. Ficam autorizados os Administradores da Sociedade a tomarem todas as providências necessárias à consumação da redução de capital ora aprovada, incluindo, sem limitação: (a) a publicação do respectivo instrumento, para os fins e efeitos do art. 1.084, §1º, do Código Civil Brasileiro; e (b) o arquivamento do presente instrumento na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro após o decurso do prazo de 90 (noventa) dias da publicação. 5. Dessa forma, a participação da sócia MTE passará de R\$ 408.227.212,00 (quatrocentos e oito milhões, duzentos e vinte e sete mil, duzentos e doze reais) para R\$ 387.148.312,00 (quatrocentos e oitenta e sete milhões, cento e trinta e oito mil, trezentos e doze reais) e a da sócia MTH passará de R\$ 408.836,00 (quatrocentos e oito mil, seiscentos e trinta e seis reais) para R\$ 387.538,00 (trezentos e oitenta e sete mil, quinhentos e trinta e oito mil, oitocentos e quarenta e oito reais), dividido em 408.635.848 (quatrocentos e oito milhões, seiscentos e trinta e cinco mil, oitocentos e quarenta e oito) quotas, todas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real). 6. Em face das deliberações acima, a Classe Quarta do Contrato Social da Sociedade passará a vigorar com a seguinte redação: "CLÁUSULA QUARTA - CAPITAL SOCIAL 4.1. O capital social é de R\$ 387.538.848,00 (trezentos e oitenta e sete milhões, quinhentos e trinta e cinco mil,

## SUMÁRIO

Atas, Certidões e Demonstrações  
Associações, Sociedades e Firms..... 1

Avais, Editais e Termos  
Associações, Sociedades e Firms..... 1

Entidades Esportivas..... 1

Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20011-901, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (a) Eleição do Novo Conselho de Administração da Companhia. Rio de Janeiro, 07 de março de 2023. Jorge Manuel Pereira Dias - Presidente do Conselho de Administração. INSCRIÇÃO GERAL: O Assessor que assinar por representação por procurador deverá depositar o respectivo mandato, com poderes especiais, na sede social da Companhia até 02 (dois) dias úteis anteriores à data marcada para a realização da Assembleia Geral Extraordinária. **Id: 2463258**

### SCHLUMBERGER SERVIÇOS DE PETROLEO LTDA CNPJ nº 32.319.931/0028-43 COMUNICADO

A empresa SCHLUMBERGER SERVIÇOS DE PETROLEO LTDA, situada em RUA INTERNACIONAL 900, GRANJA DOS CARVALHOS, 27930-075, Inscrição Estadual nº 78843764 e CNPJ nº 32.319.931/0028-43, comunica que em 18/01/23, nº do registro de ocorrência 918.000552023 ocorreu o extravio de documento original BUI of Lading, de DME22133844. O documento sendo localizado pelo e-mail em contato com [adivierg33@sb.com](mailto:adivierg33@sb.com). **Id: 2464095**

### CASA DO BACALHAU MEIER LTDA CNPJ: 22.540.182/0001-61 CONVOCAÇÃO

A CASA DO BACALHAU MEIER LTDA, com sede na Rua Amargal 16, Meier Rio de Janeiro/RJ, através de sua Diretoria, devidamente representada por sua sócia administradora VANESSA MELO ALVES, CONVOCA a todos os membros da Assembleia Geral Ordinária, para a Assembleia Geral Ordinária para a Reunião de Sócios, que será realizada no dia 30/03/2023, às 10:00h, com a seguinte ordem do dia: ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES. **Id: 2463845**

## Relações de Concluintes

Escola de Educação Básica e Profissional Fundação Bradesco - RJ  
CNPJ nº 60.701.521/0004-81  
EDITAL

O DIRETOR DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL FUNDAÇÃO BRADESCO - RJ, CNPJ nº 60.701.521/0004-81, Censo Escolar nº 33069500, torna pública a seguinte listagem de concluintes: CURSO DE ENSINO MÉDIO NA MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS A DISTÂNCIA. Ano 2022 / 2º semestre: Antonio de Maria do Nascimento Lima, Carlos Eduardo de Melo Almeida, Daniel Carlos Martins Rezende, Francisco Glaucius Mesquita Nascimento, Gilmair da Conceição Dias de Oliveira, Liane Pires Lemos de Oliveira, Diretor: Rosana Pinheiro de Souza, Reg. 007.05.19027.481/0274.0212, DCEURJ 20.12.2018, fls. 60, Secretária Escolar: Tainara de Castro Lorena Amâncio, designada pelo Processo E-03/007/1026322018. Servidores responsáveis pela publicação: André Viana Carneiro, ID: 4326363-1, e Denise de Azevedo Lacerda, ID: 4326363-1. **Id: 2461214**

## Entidades Esportivas

### OLARIA ATLÉTICO CLUBE - CONSELHO DELIBERATIVO CNPJ: 28.638.394/001-50

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO - REUNIÃO ORDINÁRIA**  
O Presidente do Egrégio Conselho Deliberativo do Olaria Atlético Clube, usando das atribuições que lhe confere o art. 51, inciso I, letra "a", do Estatuto em vigor, convoca os Ilustres Grandes Beneméritos, Beneméritos e Conselheiros (as) para a reunião ordinária do Egrégio Conselho Deliberativo, a realizar-se no dia 17 de abril do corrente ano, às 19:00 h, em primeira convocação e às 19:30 h, em segunda e última convocação, no Salão Nobre do Olaria Atlético Clube, na Rua Barão, nº 251 - Olaria - RJ, para tratar do seguinte ordem do dia: Leitura, discussão e aprovação da Ata da reunião anterior - Conhecimento do expediente - Função Legislativa - Assuntos Gerais. Rio de Janeiro, 10 de março de 2023.  
Jorge Oliveira dos Santos - Grande Benemérito - Presidente do Conselho Deliberativo **Id: 2463256**

## Avisos, Editais e Termos

### Associações, Sociedades e Firms

#### USINANDO INDUSTRIA E COMERCIO DE PEÇAS E FERRAMENTAS LTDA CNPJ: 07.202.896/0001-30 LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO

USINANDO INDUSTRIA E COMERCIO DE PEÇAS E FERRAMENTAS LTDA, com sede na Rua pública que se encontra à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - SEMAU, através do processo nº 3177/2012, a Licença Ambiental de Operação, com validade até 13/01/2028, para atividade de "Serviços Industriais de Usinagem do Processo: Galvânica, Talação, Montagem, Jateamento e Pintura". Localizada à Estrada da Penetração s/nº lote 01 quadra 22, Jardim Marumbia - Marumbia RJ. **Id: 2463929**

#### BELFORD DUTRA PROJETOS IMOBILIÁRIOS LTDA CNPJ: 09.024.619/0001-00 LICENÇA AMBIENTAL A Belford Dutra PROJETOS IMOBILIÁRIOS LTDA, CNPJ 09.024.619/0001-00, torna pública que obteve da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, através do processo nº 14/434/2018, a Licença Ambiental Municipal de Operação nº 0915 para a atividade de Operação do Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário no empreendimento localizado à Avenida Coelho da Rocha, nº 364 - Centro - Belford Roxo - RJ. **Id: 2463980**

#### CLUB PET 205 PRODUTOS VETERINÁRIOS LTDA CNPJ: 07.989.217/0001-15 EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA REUNIÃO PARA EXTINÇÃO DA EMPRESA CLUB PET 205 PRODUTOS VETERINÁRIOS LTDA

A Sócia administradora da empresa CLUB PET 205 PRODUTOS VETERINÁRIOS LTDA, no uso das suas atribuições, convoca o sócio ANDRE ANEXAMANDRO MUTO para reunião com objetivo de dar baixa na empresa a realizar-se no próximo dia 05 de abril de 2023, na Rua Japonesas nº 880, Bloco 02, apt. 902, Barra da Tijuca, nesta cidade do Rio de Janeiro, RJ, às 17h em primeira convocação ou às 17:30h em segunda e última convocação, com qualquer número de presentes para deliberar sobre:  
- Extinção da Empresa  
Rio de Janeiro, 16 de março de 2023  
Tatiana Luz Santiago **Id: 2463881**

#### RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A. CNPJ/MF nº 09.127.934/0001-63 - NIRE: 33.3.0028405-2 EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam os Senhores Acionistas da RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 09.127.934/0001-63 ("Companhia"), convocados para a Assembleia Geral Extraordinária que será realizada no dia 23 de março de 2023, às 15:00 horas, na sede social da Companhia, situada na Rua da Assembleia nº 10, 33º e 34º andar, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, RJ. **Id: 2463881**

## CANALIS DE ATENDIMENTO

**SAC IOERJ**  
Serviço de Atendimento  
ao Cliente

Atendimento de 2ª a 6ª  
das 8h às 16h

(21) 2717-7840  
0800-284-4675

[sac@ioerj.rj.gov.br](mailto:sac@ioerj.rj.gov.br)

Telefonista: (21) 2717-4141

Ouvidoria

Atendimento de 2ª a 6ª  
das 8h às 17h

(21) 2717-5463

[ouvidoria@ioerj.rj.gov.br](mailto:ouvidoria@ioerj.rj.gov.br)

## Publicações no D.O.

Agência Rio

(21) 2332-6549

[agerio.ioerj@gmail.com](mailto:agerio.ioerj@gmail.com)

Agência Niterói

(21) 2717-4427

[agentioerj@gmail.com](mailto:agentioerj@gmail.com)



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE  
A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado eletronicamente no portal [www.ioerj.gov.br](http://www.ioerj.gov.br).  
Assinado digitalmente em Quinta-feira, 16 de Março de 2023 às 02:56:03 -0300.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A

NIRE: 333.0028405-2 Protocolo: 00-2023/322961-2 Data do protocolo: 25/04/2023

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 27/04/2023 SOB O NÚMERO 00005443514 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3F2DA3B3C65E48CE5F27143F62E9C291B5A65667FFC84B1793325169034C79

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



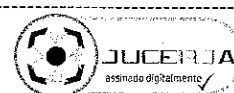
assinado digitalmente

Quinta-feira, 16/3/2023.

**RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.**  
**CNPJ/MF nº 09.127.934/0001-63 - NIRE: 33.3.0028405-2**  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Ficam os Senhores Acionistas da **RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.**, sociedade inscrita no CNPJ sob o nº 09.127.934/0001-63 ("Companhia"), convocados para a **Assembleia Geral Extraordinária** que será realizada no dia **23 de março de 2023, às 15:00 horas**, na sede social da Companhia, situada na Rua da Assembleia nº 10, 33º e 34º andar, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20011-901, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (a) Eleição do Novo Conselho de Administração da Companhia. Rio de Janeiro, 07 de março de 2023. **Jorge Manuel Pereira Dias** - Presidente do Conselho de Administração. **INSTRUÇÃO GERAL:** O Acionista que desejar ser representado por procurador deverá depositar o respectivo mandato, com poderes especiais, na sede social da Companhia até 02 (dois) dias úteis anteriores à data marcada para a realização da Assembleia Geral Extraordinária.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital  
pelo Monitor Mercantil em seu site.  
A autenticidade deste documento pode  
ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link  
<https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br>



# Investimentos em produtos de agronegócio chegam a R\$ 411 bilhões

Número de pessoas físicas quase dobra em 2022 na B3

A diversificação tem ajudado no crescimento do mercado de capitais brasileiro. Uma visão setorial dos dados de investimentos de pessoas físicas na B3 mostra que os produtos ligados ao agronegócio tiveram um salto em termos de número de investidores e volume aplicado em 2022. Os números cresceram 93% e 79%, respectivamente, atingindo 1,6 milhão de investidores e R\$ 411 bilhões em recursos distribuídos em LCA (Letra de Crédito do Agronegócio), CRA (Certificado de Recebíveis do Agronegócio) e Fagro (Fundo de Investimento em Cadeias Agroindustriais).

Em 2022, o número de investidores pessoa física que aplicam em renda variável atingiu a marca de 5 milhões, 19% a mais do que em 2021. Já o valor sob custódia, que é o valor dos investimentos das pessoas físicas na bolsa, caiu 8%, passando de R\$ 500 bilhões para R\$ 459 bilhões. O volume sob custódia já representa 19,5% do total investido em renda fixa (R\$ 1,6 trilhão) e variável (R\$ 4,59 bilhões) somados. A participação no fim de 2021 era de 14%. O saldo mediano no setor, por investidor, foi de R\$ 51,7 mil.

Os Fagros, que começaram a ser negociados na B3 em agosto de 2021, para ampliar a oferta de produtos relacionados ao agronegócio, já contam, em dezembro, com mais de R\$ 5,2 bilhões em estoque, considerando os 33 fundos negociados.

Na prática, os Fagros funcionam de forma muito semelhante aos fundos imobiliários, mas com o foco no desenvolvimento da atividade agrícola nacional, e as commodities negociadas a valores acessíveis, a partir de cerca de R\$ 100.

## Sector imobiliário

No setor imobiliário, que já alcançou mais de 3,2 milhões de investidores, o volume aplicado chegou

aos R\$ 380 bilhões, total que representa um aumento de 46% quando comparado ao final de 2021. Os fundos imobiliários compreendem 51%. Os números somam também ETIs (Exchange Traded Funds) de FII, LCI (Letra de Crédito Imobiliário) e CRT (Certificados de Recebíveis Imobiliários).

Os FIIs aplicam o dinheiro dos cotistas em empreendimentos como imóveis ou em títulos de renda fixa lastreados em imóveis, como CRT (Certificado de Recebíveis Imobiliários) e LCI (Letra de Crédito Imobiliário). Ao adquirir cotas de um FI, por exemplo, o investidor passa a ser dono de uma fração do fundo que, por sua vez, detém imóveis ou títulos com lastro imobiliário. Os imóveis adquiridos são alugados pelo fundo e o resultado financeiro é repartido entre todos os cotistas, com o pagamento de dividendos.

“Essa visão setorial é importante para mostrar que investimentos privados, de pequenos investidores, estão ajudando de forma significativa a impulsionar segmentos importantes da nossa economia, enquanto geram rendimentos para quem aplica. A lógica do mercado de capitais é justamente essa, trazer o capital privado para o setor produtivo, e vemos isso ganhando cada vez mais força no Brasil, dando chance de as pessoas físicas integrarem esse ciclo”, afirma Felipe Paiva, diretor de Relacionamento com Clientes e Pessoa Física da B3.

A visão setorial é uma novidade da mais recente edição do estudo que analisa a evolução dos investimentos pessoas físicas na B3, divulgado nesta quarta-feira (15). O material completo, com dados do ano de 2022, está disponível para download. Confira a seguir outros destaques do estudo.

## Renda fixa bate R\$ 1,6 tri

O valor sob custódia de

pessoas físicas em renda fixa na B3 atingiu R\$ 1,6 trilhão no final de 2022, 44% a mais do que há um ano. O número de investidores aumentou 34%, atingindo 14,8 milhões. Desses, 13,8 milhões estão em produtos de captação bancária, como CDB (Certificado de Depósito Bancário), RDB (Recibo de Depósito Bancário), LJA e LCI, que somam R\$ 1,3 trilhão em investimentos.

Em 2022, todos os produtos – ações, fundos imobiliários, ETIs e BDRs – registraram aumento de investidores, mas apenas os fundos imobiliários cresceram também em valor sob custódia (+11%). Os demais produtos registraram queda de volume aplicado em relação à 2021. O número de cotas alcançou 5,8 milhões em dezembro, já que um único investidor pode ter conta em mais de uma corretora.

Mesmo em um cenário de alta taxa de juros, houve um saldo positivo de mais de 408 mil novos investidores em dezembro, também considerando aqueles que ingressaram por meio de uma oferta de BDRs realizada em novembro de 2021 com grande adesão de pessoas físicas.

Dos mais de 5 milhões de investidores na bolsa atualmente, 84% entraram a partir de 2019 e mais da metade (53%) entrou nos últimos dois anos.

## Acesso para todos

Em relação aos valores aplicados, no entanto, os investidores que entraram a partir de 2019 possuem 27% do volume sob custódia. O volume maior está nas mãos de investidores que ingressaram na renda variável até 2015 e mantêm seu investimento até hoje, beneficiando-se do efeito do longo prazo. Dos 408 mil investidores que fizeram o primeiro aporte em dezembro de 2022, 92% aplicaram até R\$ 200.

“Os números ratificam

e reforçam que a bolsa e o mercado de capitais são para todos e que as pessoas estão buscando experimentar e diversificar seu patrimônio. Que há uma consciência sobre a importância de ambos os movimentos e isso contribui para que o número de investidores continue crescendo, à luz do grande potencial do país”, analisa Paiva.

A diversificação pode ser constatada na composição das carteiras das pessoas físicas. Em 2016, 75% dos investidores de renda variável tinham apenas ações, parcela que hoje é de 30%. Os que combinam ações e FIIs representam 16%, e quem possui ações e BDRs representa 6%.

## Região Norte

A região Norte foi a que mais cresceu, em termos percentuais, em número de investidores de renda variável e do Tesouro Direto desde 2018. O aumento chegou a 1.363% e 253%, respectivamente. Em números absolutos, no entanto, essa é a região com menos investidores. A região Nordeste ficou em segundo lugar, entre as que mais cresceram, seguida pela região Sul. A região Sudeste segue concentrando o maior número de investidores, com 2,8 milhões em produtos de renda variável e 1,3 milhão no Tesouro Direto.

Os títulos do Tesouro Direto passaram de 100 mil para 2,1 milhões de investidores nos últimos 10 anos. O programa do Tesouro Nacional que possibilita a venda de títulos públicos federais para pessoas físicas foi lançado em 2002, em parceria com a B3. No último ano, o saldo mediano aplicado por cada pessoa passou de R\$ 2,1 mil para R\$ 28 mil.

Dois títulos concentram a maior parte do saldo em custódia: o Tesouro IPCA+, com 39% do total, e seguido de perto pelo Tesouro Selic, com 35%.

Processo Nº: 20534/23

Fls. 63

**RICCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.**  
CNPJ nº 08.127.832/0001-90 NIRE: 33.3.0028405-2  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO  
Pela Presidência da Assembleia Geral Extraordinária da RICCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A., sociedade inscrita no CNPJ sob o nº 08.127.832/0001-90, com sede social na Rua da Assembleia nº 10, 33º andar, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20011-901, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (a) Eleição do Novo Conselho de Administração da Companhia. Rio de Janeiro, 07 de março de 2023. Jorge Manuel Pereira Dias - Presidente do Conselho de Administração. INSTRUÇÃO GERAL: O Acionista que quiser ser representado por procurador deverá depositar o respectivo mandato, com poderes especiais, na sede social da Companhia até 02 (dois) dias úteis anteriores à data marcada para a realização da Assembleia Geral Extraordinária.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO – COOTAM – COOPERATIVA DE TRANSPORTE ALTERNATIVO DE MANGARATIBA – CONVOCAÇÃO DE AGO – ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA** – O Presidente da COOTAM – COOPERATIVA DE TRANSPORTE ALTERNATIVO DE MANGARATIBA, registrada na JUCERJA sob o NIRE 33.4.0065388-9 e inscrita no CNPJ sob o nº 14.815.939/0001-19, Sr. Glaucio Francisco Sampaio, no exercício das suas atribuições, convoca os cooperados para participarem da AGO – Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 30/03/2023, nas dependências do imóvel onde a cooperativa está estabelecida, em suas áreas comuns abed, e ao fim do qual se dará o melhor andamento a participação dos sócios. Para tanto, a AGO será realizada na Rua da Palma, 3, Praia do Saco, Mangaratiba – RJ, CEP 23880-000, em primeira convocação às 17:00 h com a presença mínima de 2/3 (dois terços) dos sócios cooperados; em segunda convocação às 19:00 h com a presença mínima de metade mais um dos sócios cooperados, e em terceira e última convocação às 20:00 h com a presença mínima de 10 (dez) sócios cooperados. Na data da presente convocação a cooperativa tem no total de seu quadro social 38 (trinta e oito) cooperados. Conforme disposto no Art. 43-A da Lei 5764/1971, os associados poderão participar e votar a distância na Assembleia, caso necessário, nos termos do disposto na regulamentação do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia (Instituto de Mérito Provisório nº 931 e Lei 14.030 de 2022). A Ordem do Dia da AGO é a seguinte: 1) Apresentação da Prestação de Contas relativa ao exercício 2022 para deliberação da Assembleia composta dos seguintes itens: a) Apresentação do Relatório de Gestão da Diretoria; b) Apresentação da Prestação de Contas composta de Balanço Patrimonial e Demonstração de Sobras ou Perdas do Exercício 2022; c) Apresentação do Parecer do Conselho Fiscal; 2) Deliberação da Assembleia sobre a Prestação de Contas composta do Relatório de Gestão da Diretoria, Balanço Patrimonial e Demonstração de Sobras ou Perdas do Exercício 2022; 3) Deliberação da Assembleia sobre a Destinação/Ratificação das Sobras ou Perdas do Exercício 2022; 4) Eleição do Novo Conselho Fiscal para o mandato de 1 (um) ano – 2023/2024; 5) Registro da entrada e saída de cooperados; 6) Eleição da Diretoria para o mandato do quadriênio 2023/2027; 7) Demais assuntos de interesse social. Mangaratiba – RJ, 16 de março de 2023. Glaucio Francisco Sampaio – Presidente

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE EXECUTIVO, CONVENCIONAL E ACESSÍVEL, MAIS TAXI LTDA - COOP MAIS TAXI - CNPJ: 12.021.133/0001-23**  
O Diretor Presidente da cooperativa acima em epígrafe, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, Art. 24, inciso I, convoca todos os seus cooperados em pleno gozo de seus direitos e deveres para participarem da AGO e da AGE, a serem realizadas no dia 29 de março de 2023, em sua sede situada à Rua Padre Manuel da Nobrega, 971 – (Cascadura) Quintino Bocaiuva, CEP 21381-009, Rio de Janeiro – RJ PARA AGO terá a 1ª convocação às 15h, com a presença de 2/3 (dois terços) dos cooperados; 2ª convocação às 17h, com a presença de metade mais um dos cooperados e 3ª e última convocação às 17h, com a presença de no mínimo 10 cooperados, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Prestação de contas dos exercícios de 2021 e 2022, compreendendo: a) relatório de gestão; b) balanço patrimonial; c) demonstração das sobras ou perdas apuradas no decorrer do exercício; d) destinação do resultado; e) parecer do Conselho Fiscal; 2. Eleição dos membros do Conselho Fiscal; 3. Preenchimento de vacância na diretoria, imediatamente após o encerramento da AGO, mantendo o quórum de instalação, das reuniões da AGE, após um intervalo mínimo de 1 hora para deliberarem sobre os seguintes pontos: 1. Atualização do quadro social; 2. Atenção do Estatuto Social; 3. Outros Assuntos Pertinentes à AGE. Diretor Presidente: JOSÉ MARCOS BEZERRA, 13/03/2023. RJ

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO - COOPMULTI - COOPERATIVA HABITACIONAL DOS BANCÁRIOS E EX-BANCÁRIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CONVOCAÇÃO DE AGO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA** – O Presidente da COOPMULTI - COOPERATIVA HABITACIONAL DOS BANCÁRIOS E EX-BANCÁRIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, registrada na JUCERJA sob o NIRE 33.4.0065805-1 e inscrita no CNPJ sob o nº 08.127.832/0001-90, Sr. Sérgio de Paula Pinto, no exercício das suas atribuições, convoca os sócios cooperados para participarem da AGO – Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 27/03/2023, nas dependências do local onde a cooperativa está estabelecida, em suas áreas comuns, e ao fim do qual se dará o melhor andamento a participação dos sócios. Para tanto, a AGO será realizada na Estrada do Catanduá, 3075, Taquara, Rio de Janeiro – RJ, em primeira convocação às 18:00 h com a presença mínima de 2/3 (dois terços) dos sócios cooperados; em segunda convocação às 19:00 h com a presença mínima de metade mais um dos sócios cooperados e em terceira e última convocação às 20:00 h com a presença mínima de 10 (dez) sócios cooperados. Na data da presente convocação a cooperativa tem no total de seu quadro social 20 (vinte) sócios cooperados. Conforme disposto no Art. 43-A da Lei 5764/1971, os associados poderão participar e votar a distância na Assembleia, caso necessário, nos termos do disposto na regulamentação do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia (Instituto de Mérito Provisório nº 931 e Lei 14.030 de 2022). A Ordem do Dia da AGO é a seguinte: 1) Apresentação da Prestação de Contas relativa ao Exercício 2022 para Deliberação da Assembleia composta dos seguintes itens: a) Apresentação do Relatório de Gestão da Diretoria; b) Apresentação da Prestação de Contas composta de Balanço Patrimonial e Demonstração de Sobras ou Perdas do Exercício; c) Apresentação do Parecer do Conselho Fiscal; 2) Deliberação da Assembleia sobre a Prestação de Contas relativa ao Exercício 2022; 3) Deliberação da Assembleia sobre a Destinação/Ratificação das Sobras ou Perdas do Exercício 2022; 4) Eleição do Novo Conselho Fiscal para o Mandato de um ano 2023/2024; 5) Registro da ratificação da Entrada e Saída de Associados; 6) Registro da ratificação de pedido de renúncia a cargos da diretoria; 7) Eleição para cargos de diretoria em vacância; 8) Demais assuntos de interesse social. Rio de Janeiro – RJ, 16 de março de 2023. Sérgio de Paula Pinto – Diretor Presidente



Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: RICCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A

NIRE: 33.3.0028405-2 Protocolo: 00-2023/322961-2 Data do protocolo: 25/04/2023

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 27/04/2023 SOB O NÚMERO 00005443514 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3F2DA3B3C65E48CE5F27143F6F2E9C2911B5A65667FFCB4B1793325169034C79

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



JUCERJA  
assinado digitalmente

## Brasil Outdoor Ltda.

CNPJ Nº 03.689.099/0001-79

Balancetes Patrimoniais 31 de dezembro de 2021 e 2020		Passivo		Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto	
Valores expressos em milhares de Reais		31/12/2021		31/12/2021	
Ativo		Circulante		Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (em milhares de Reais - R\$ mil)	
Circulante		31/12/2021		31/12/2021	
Caixa e equivalentes de caixa	10.407,38	10.407,38	10.407,38	10.407,38	10.407,38
Clientes	21.580,73	21.580,73	21.580,73	21.580,73	21.580,73
Empreendimentos	1.620,59	1.620,59	1.620,59	1.620,59	1.620,59
Outras credíveis	2.012,81	2.012,81	2.012,81	2.012,81	2.012,81
Disponíveis para antecipamento	13.955,45	13.955,45	13.955,45	13.955,45	13.955,45
Não circulante	39.847,13	39.847,13	39.847,13	39.847,13	39.847,13
Partes relacionadas	09.583,71	09.583,71	09.583,71	09.583,71	09.583,71
Participações em empresas controladas	18.906,63	18.906,63	18.906,63	18.906,63	18.906,63
Outras credíveis	5.356,79	5.356,79	5.356,79	5.356,79	5.356,79
Disponíveis para antecipamento	38.806,09	38.806,09	38.806,09	38.806,09	38.806,09
Integridade - Direito de uso	41.259,82	41.259,82	41.259,82	41.259,82	41.259,82
Direito de uso	188.896,36	188.896,36	188.896,36	188.896,36	188.896,36
Total do ativo	188.896,36	188.896,36	188.896,36	188.896,36	188.896,36
Demonstração dos Resultados 2021/2020 (Valores expressos em milhares de Reais)		2021/2020		2021/2020	
Receita operacional líquida	24.702,72	24.702,72	24.702,72	24.702,72	24.702,72
Despesas com serviços prestados	(18.808,65)	(18.808,65)	(18.808,65)	(18.808,65)	(18.808,65)
Resultado líquido	5.894,07	5.894,07	5.894,07	5.894,07	5.894,07
Recursos (despesas operacionais)	(35.691,54)	(35.691,54)	(35.691,54)	(35.691,54)	(35.691,54)
Despesas financeiras	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Despesas financeiras	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Resultado financeiro	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Despesas financeiras	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Resultado financeiro	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Despesas financeiras	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Resultado financeiro	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Despesas financeiras	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Resultado financeiro	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Despesas financeiras	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Resultado financeiro	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Despesas financeiras	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Resultado financeiro	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Despesas financeiras	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Resultado financeiro	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Despesas financeiras	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Resultado financeiro	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Despesas financeiras	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Resultado financeiro	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Despesas financeiras	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Resultado financeiro	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Despesas financeiras	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Resultado financeiro	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Despesas financeiras	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Resultado financeiro	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Despesas financeiras	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Resultado financeiro	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Despesas financeiras	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Resultado financeiro	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Despesas financeiras	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Resultado financeiro	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Despesas financeiras	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Resultado financeiro	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Despesas financeiras	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Resultado financeiro	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Despesas financeiras	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Resultado financeiro	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Despesas financeiras	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Resultado financeiro	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Despesas financeiras	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Resultado financeiro	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Despesas financeiras	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Resultado financeiro	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Despesas financeiras	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Resultado financeiro	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Despesas financeiras	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Resultado financeiro	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Despesas financeiras	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Resultado financeiro	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Despesas financeiras	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Resultado financeiro	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Despesas financeiras	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Resultado financeiro	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Despesas financeiras	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Resultado financeiro	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Despesas financeiras	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Resultado financeiro	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Despesas financeiras	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Resultado financeiro	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Despesas financeiras	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Resultado financeiro	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Despesas financeiras	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Resultado financeiro	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Despesas financeiras	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Resultado financeiro	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Despesas financeiras	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Resultado financeiro	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Despesas financeiras	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Resultado financeiro	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Despesas financeiras	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Resultado financeiro	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Despesas financeiras	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Resultado financeiro	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Despesas financeiras	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Resultado financeiro	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Despesas financeiras	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Resultado financeiro	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Despesas financeiras	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Resultado financeiro	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Despesas financeiras	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Resultado financeiro	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Despesas financeiras	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Resultado financeiro	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Despesas financeiras	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Resultado financeiro	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Despesas financeiras	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Resultado financeiro	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Despesas financeiras	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Resultado financeiro	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Despesas financeiras	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Resultado financeiro	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Despesas financeiras	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Resultado financeiro	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Despesas financeiras	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Resultado financeiro	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Despesas financeiras	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Resultado financeiro	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Despesas financeiras	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Resultado financeiro	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Despesas financeiras	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Resultado financeiro	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Despesas financeiras	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Resultado financeiro	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Despesas financeiras	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Resultado financeiro	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Despesas financeiras	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Resultado financeiro	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Despesas financeiras	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Resultado financeiro	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Despesas financeiras	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Resultado financeiro	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Despesas financeiras	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Resultado financeiro	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Despesas financeiras	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Resultado financeiro	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Despesas financeiras	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Resultado financeiro	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Despesas financeiras	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Resultado financeiro	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Despesas financeiras	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Resultado financeiro	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Despesas financeiras	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Resultado financeiro	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Despesas financeiras	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Resultado financeiro	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Despesas financeiras	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Resultado financeiro	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Despesas financeiras	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Resultado financeiro	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Despesas financeiras	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Resultado financeiro	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Despesas financeiras	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Resultado financeiro	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Despesas financeiras	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Resultado financeiro	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Despesas financeiras	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Resultado financeiro	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Despesas financeiras	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)	(1.789,15)
Resultado financeiro	(1.789,15)	(1.789,15)			

Sexta-feira, 17/3/2023.

**RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.**  
**CNPJ/MF nº 09.127.934/0001-63 - NIRE: 33.3.0028405-2**  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Ficam os Senhores Acionistas da **RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.**, sociedade inscrita no CNPJ sob o nº 09.127.934/0001-63 ("Companhia"), convocados para a **Assembleia Geral Extraordinária** que será realizada no dia **23 de março de 2023, às 15:00 horas**, na sede social da Companhia, situada na Rua da Assembleia nº 10, 33º e 34º andar, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20011-901, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (a) Eleição do Novo Conselho de Administração da Companhia. Rio de Janeiro, 07 de março de 2023. Jorge Manuel Pereira Dias - Presidente do Conselho de Administração. **INSTRUÇÃO GERAL:** O Acionista que desejar ser representado por procurador deverá depositar o respectivo mandato, com poderes especiais, na sede social da Companhia até 02 (dois) dias úteis anteriores à data marcada para a realização da Assembleia Geral Extraordinária.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital  
pelo Monitor Mercantil em seu site.  
A autenticidade deste documento pode  
ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link  
<https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br>

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S A

NIRE: 333.0028405-2 Protocolo: 00-2023/322961-2 Data do protocolo: 25/04/2023

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/04/2023 SOB O NÚMERO 00005443514 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3F2DA3B3C65E48CE5F27143F6F2E9C2911B5A65667FFCB4B1793325169034C79

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.





Fls: 66

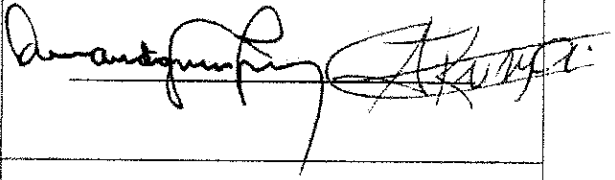
Pag. 17/29

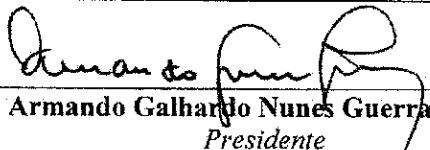
**RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.**  
("Companhia")  
CNPJ 09.127.934/0001-63  
NIRE 33.3.0028405-2

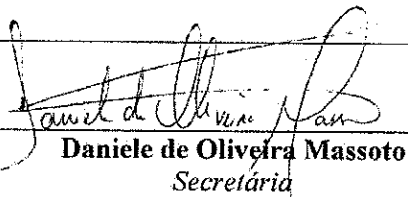
**ANEXO II**

**ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 2023**

**LISTA DE PRESENÇA DE ACIONISTAS**

NOME	ASSINATURA
<b>RIOPAR PARTICIPAÇÕES S.A.</b> Número de Ações Ordinárias com Direito a Voto: 2.385.250	
<b>HLQ PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA.</b> Número de Ações Ordinárias com Direito a Voto: 14.750	AUSENTE

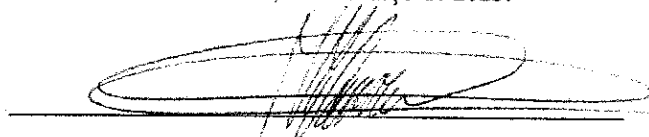
  
**Armando Galhardo Nunes Guerra Junior**  
Presidente

  
**Daniele de Oliveira Massoto**  
Secretária

## TERMO DE POSSE

**Valmir Fernandes do Amaral**, brasileiro, divorciado, empresário, portador da Carteira de Identidade M1-813.418 SSP/MG e CPF nº 350.153.816-20, domiciliado na Rua Cosmorama, nº 500, Cosmorama, Mesquita, Rio de Janeiro – RJ, eleito para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da **RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.**, sociedade com sede social à Rua da Assembleia nº 10, salas 3311 e 3411, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20011-901, inscrita no CNPJ sob o nº 09.127.934/0001-63 (“Companhia”), em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 23 de março de 2023, toma posse, neste ato, no referido cargo, declarando, sob as penas da lei, que: (i) aceita a indicação ao cargo; (ii) não está impedido, por lei especial de exercer a administração de sociedade empresária; (iii) não foi condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (iv) atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo parágrafo § 3º do art.147 da Lei nº 6.404/76; e (v) não ocupa cargo, ou é empregado, em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia e não possui, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia, assinando o presente Termo de Posse, nesta data, lavrado em folha apartada e arquivado na sede da Companhia.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2023.



Valmir Fernandes do Amaral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMACAO S A

NIRE: 333.0028405-2 Protocolo: 00-2023/322961-2 Data do protocolo: 25/04/2023

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/04/2023 SOB O NÚMERO 00005443514 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3F2DA3B3C65E48CE5F27143F6F2E9C2911B5A65667FFCB4B1793325169034C79

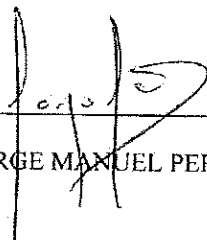
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



## TERMO DE POSSE

**Jorge Manuel Pereira Dias**, português, casado, administrador, portador da Carteira de Identidade de estrangeiro RNE nº V111199-I, expedida pelo CGPI/DIREX/DPF e CPF/MF nº 033.766.447-13, domiciliado na Avenida dos Flamboyants, nº 1020/906, Barra da Tijuca – RJ, eleito para o cargo de membro efetivo e **Presidente do Conselho de Administração** da **RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.**, sociedade com sede social à Rua da Assembleia nº 10, salas 3311 e 3411, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20011-901, inscrita no CNPJ sob o nº 09.127.934/0001-63 (“Companhia”), em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 23 de março de 2023, toma posse, neste ato, no referido cargo, declarando, sob as penas da lei, que: (i) aceita a indicação ao cargo; (ii) não está impedido, por lei especial de exercer a administração de sociedade empresária; (iii) não foi condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (iv) atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo parágrafo § 3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; e (v) não ocupa cargo, ou é empregado, em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia e não possui, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia, assinando o presente Termo de Posse, nesta data, lavrado em folha apartada e arquivado na sede da Companhia.

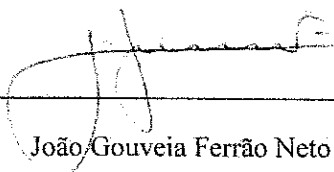
Rio de Janeiro, 23 de março de 2023.

  
\_\_\_\_\_  
JORGE MANUEL PEREIRA DIAS

## TERMO DE POSSE

**João Gouveia Ferrão Neto**, brasileiro, engenheiro mecânico, casado, portador da carteira de identidade nº 9386944, expedido pelo SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 059.085.628-66, residente e domiciliado na Alameda Rio Tapajós, nº 89, Condomínio Rio Vermelho, CEP: 13807-815 - Mogi Mirim - São Paulo - SP, eleito para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da **RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.**, sociedade com sede social à Rua da Assembleia nº 10, salas 3311 e 3411, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20011-901, inscrita no CNPJ sob o nº 09.127.934/0001-63 ("Companhia"), em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 23 de março de 2023, toma posse, neste ato, no referido cargo, declarando, sob as penas da lei, que: (i) aceita a indicação ao cargo; (ii) não está impedido, por lei especial de exercer a administração de sociedade empresária; (iii) não foi condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (iv) atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo parágrafo § 3º do art.147 da Lei nº 6.404/76; e (v) não ocupa cargo, ou é empregado, em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia e não possui, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia, assinando o presente Termo de Posse, nesta data, lavrado em folha apartada e arquivado na sede da Companhia.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2023.

  
João Gouveia Ferrão Neto

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMACAO S A

NIRE: 333.0028405-2 Protocolo: 00-2023/322961-2 Data do protocolo: 25/04/2023

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/04/2023 SOB O NÚMERO 00005443514 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3F2DA3B3C65E48CE5F27143F6F2E9C2911B5A65667FFCB4B1793325169034C79

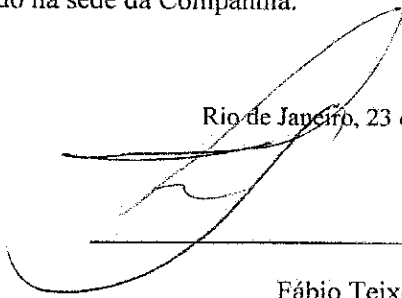
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



## TERMO DE POSSE

**Fábio Teixeira Alves**, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 05663837-2 – IFP/RJ e CPF/MF nº 765.709.407-91, domiciliado na Rua Conchita de Moraes, nº 10, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro – RJ, eleito para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da **RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.**, sociedade com sede social à Rua da Assembleia nº 10, salas 3311 e 3411, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20011-901, inscrita no CNPJ sob o nº 09.127.934/0001-63 (“Companhia”), em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 23 de março de 2023, toma posse, neste ato, no referido cargo, declarando, sob as penas da lei, que: (i) aceita a indicação ao cargo; (ii) não está impedido, por lei especial de exercer a administração de sociedade empresária; (iii) não foi condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (iv) atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo parágrafo § 3º do art.147 da Lei nº 6.404/76; e (v) não ocupa cargo, ou é empregado, em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia e não possui, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia, assinando o presente Termo de Posse, nesta data, lavrado em folha apartada e arquivado na sede da Companhia.

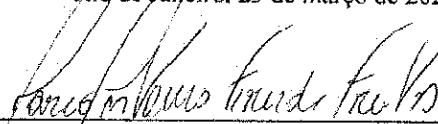
Rio de Janeiro, 23 de março de 2023.

  
Fábio Teixeira Alves

## TERMO DE POSSE

**Marco Antonio Feres de Freitas**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade nº 05.374.290-4 DETRAN/RJ e CPF/MF nº 734.018.387-68, domiciliado na Rua Yamato, nº23, cobertura 01, Agriões, Teresópolis – RJ, eleito para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da **RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.**, sociedade com sede social à Rua da Assembleia nº 10, salas 3311 e 3411, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20011-901, inscrita no CNPJ sob o nº 09.127.934/0001-63 (“Companhia”), em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 23 de março de 2023, toma posse, neste ato, no referido cargo, declarando, sob as penas da lei, que: (i) aceita a indicação ao cargo; (ii) não está impedido, por lei especial de exercer a administração de sociedade empresária; (iii) não foi condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (iv) atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo parágrafo § 3º do art.147 da Lei nº 6.404/76; e (v) não ocupa cargo, ou é empregado, em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia e não possui, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia, assinando o presente Termo de Posse, nesta data, lavrado em folha apartada e arquivado na sede da Companhia.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2023.



MARCO ANTÔNIO FERES DE FREITAS

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMACAO S A

NIRE: 333.0028405-2 Protocolo: 00-2023/322961-2 Data do protocolo: 25/04/2023

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/04/2023 SOB O NÚMERO 00005443514 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3F2DA3B3C65E48CE5F27143F6F2E9C2911B5A65667FFCB4B1793325169034C79

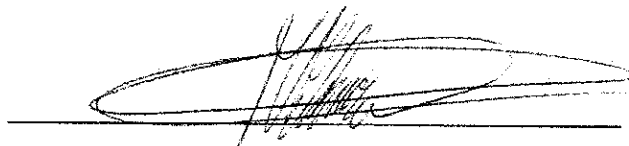
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



## CARTA DE RENÚNCIA - REMUNERAÇÃO

**Valmir Fernandes do Amaral**, brasileiro, divorciado, empresário, portador da Carteira de Identidade M1-813.418 SSP/MG e CPF nº 350.153.816-20, domiciliado na Rua Cosmorama, nº 500, Cosmorama, Mesquita, Rio de Janeiro – RJ, eleito para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da **RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.**, sociedade com sede social à Rua da Assembleia nº 10, salas 3311 e 3411, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20011-901, inscrita no CNPJ sob o nº 09.127.934/0001-63 (“Companhia”), em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 23 de março de 2023 renuncia expressamente, durante o prazo que perdurar o seu mandato, em caráter irrevogável e irretratável a remuneração prevista pelo Estatuto Social da Companhia para os conselheiros eleitos.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2023.



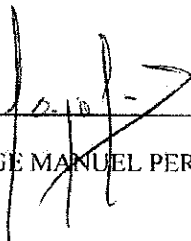
Valmir Fernandes do Amaral



## CARTA DE RENÚNCIA - REMUNERAÇÃO

**Jorge Manuel Pereira Dias**, português, casado, administrador, portador da Carteira de Identidade de estrangeiro RNE nº V111199-I, expedida pelo CGPI/DIREX/DPF e CPF/MF nº 033.766.447-13, domiciliado na Avenida dos Flamboyants, nº 1020/906, Barra da Tijuca – RJ, eleito para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da **RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.**, sociedade com sede social à Rua da Assembleia nº 10, salas 3311 e 3411, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20011-901, inscrita no CNPJ sob o nº 09.127.934/0001-63 (“Companhia”), em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 23 de março de 2023, renuncia expressamente, durante o prazo que perdurar o seu mandato, em caráter irrevogável e irretratável a remuneração prevista pelo Estatuto Social da Companhia para os conselheiros eleitos.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2023.

  
\_\_\_\_\_  
JORGE MANUEL PEREIRA DIAS

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMACAO S A

NIRE: 333.0028405-2 Protocolo: 00-2023/322961-2 Data do protocolo: 25/04/2023

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/04/2023 SOB O NÚMERO 00005443514 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3F2DA3B3C65E48CE5F27143F6F2E9C2911B5A65667FFCB4B1793325169034C79


Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



## CARTA DE RENÚNCIA - REMUNERAÇÃO

**João Gouveia Ferrão Neto**, brasileiro, engenheiro mecânico, casado, portador da carteira de identidade nº 9386944, expedido pelo SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 059.085.628-66, residente e domiciliado na Alameda Rio Tapajós, nº 89, Condomínio Rio Vermelho, CEP: 13807-815 - Mogi Mirim - São Paulo - SP, eleito para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da **RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.**, sociedade com sede social à Rua da Assembleia nº 10, salas 3311 e 3411, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20011-901, inscrita no CNPJ sob o nº 09.127.934/0001-63 ("Companhia"), em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 23 de março de 2023 renuncia expressamente, durante o prazo que perdurar o seu mandato, em caráter irrevogável e irretratável a remuneração prevista pelo Estatuto Social da Companhia para os conselheiros eleitos.

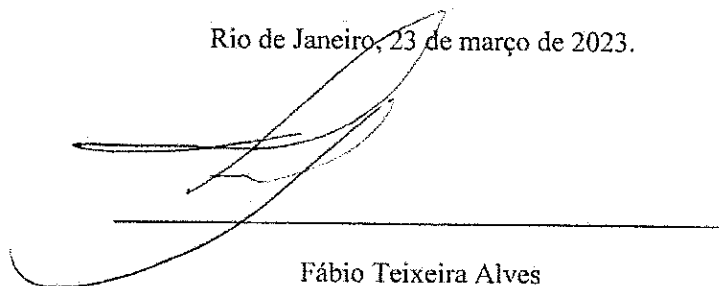
Rio de Janeiro, 23 de março de 2023.

  
João Gouveia Ferrão Neto

## CARTA DE RENÚNCIA - REMUNERAÇÃO

**Fábio Teixeira Alves**, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 05663837-2 – IFP/RJ e CPF/MF nº 765.709.407-91, domiciliado na Rua Conchita de Moraes, nº 10, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro – RJ, eleito para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da **RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.**, sociedade com sede social à Rua da Assembleia nº 10, salas 3311 e 3411, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20011-901, inscrita no CNPJ sob o nº 09.127.934/0001-63 (“Companhia”), em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 23 de março de 2023 renuncia expressamente, durante o prazo que perdurar o seu mandato, em caráter irrevogável e irretroatável a remuneração prevista pelo Estatuto Social da Companhia para os conselheiros eleitos.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2023.



Fábio Teixeira Alves

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMACAO S A

NIRE: 333.0028405-2 Protocolo: 00-2023/322961-2 Data do protocolo: 25/04/2023

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/04/2023 SOB O NÚMERO 00005443514 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3F2DA3B3C65E48CE5F27143F6F2E9C2911B5A65667FFCB4B1793325169034C79

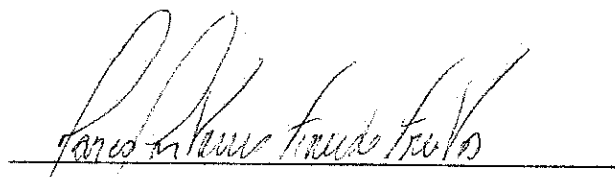
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



## CARTA DE RENÚNCIA - REMUNERAÇÃO

**Marco Antonio Feres de Freitas**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade nº 05.374.290-4 DETRAN/RJ e CPF/MF nº 734.018.387-68, domiciliado na Rua Yamato, nº23, cobertura 01, Agriões, Teresópolis – RJ, eleito para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da **RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.**, sociedade com sede social à Rua da Assembleia nº 10, salas 3311 e 3411, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20011-901, inscrita no CNPJ sob o nº 09.127.934/0001-63 (“Companhia”), em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 23 de março de 2023 renuncia expressamente, durante o prazo que perdurar o seu mandato, em caráter irrevogável e irretratável a remuneração prevista pelo Estatuto Social da Companhia para os conselheiros eleitos.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2023.

  
MARCO ANTONIO FERES DE FREITAS

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMACAO S A

NIRE: 333.0028405-2 Protocolo: 00-2023/322961-2 Data do protocolo: 25/04/2023

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/04/2023 SOB O NÚMERO 00005443514 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3F2DA3B3C65E48CE5F27143F6F2E9C2911B5A65667FFCB4B1793325169034C79

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.





### IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMACAO S A, NIRE 33.3.0028405-2, PROTOCOLO 00-2023/322961-2, ARQUIVADO EM 27/04/2023, SOB O NÚMERO (S) 00005443514, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	Nome
052.010.967-86	CLEBER BARROS

27 de abril de 2023.

Jorge Paulo Magdaleno Filho  
Secretário Geral

1/1

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMACAO S A

NIRE: 33.3.0028405-2 Protocolo: 00-2023/322961-2 Data do protocolo: 25/04/2023

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/04/2023 SOB O NÚMERO 00005443514 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3F2DA3B3C65E48CE5F27143F6F2E9C2911B5A65667FFCB4B1793325169034C79

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.



Pag. 29/29



33.3.0028405-2

Sociedade anônima

Normal

Name \_\_\_\_\_

## TERMO DE AUTENTICAÇÃO

RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMACAO S A

Código Ato

## Eventos

017

[illegible]

CERTIFICO O DEFERIMENTO POR AFFONSO D' ANZICOURT E SILVA , JOSÉ ROBERTO BORGES E RENATO MANSUR SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:

[illegible]

**Jorge Paulo Magdaleno Filho**  
SECRETÁRIO GERAL

**Observação:**

Deferido em 18/04/2023 e arquivado em 19/04/2023

Nº de Páginas	Capa Nº Páginas
---------------	-----------------

7

1/1

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMACAO S A

NIRE: 333.0028405-2 Protocolo: 00-2023/302251-1 Data do protocolo: 17/04/2023

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/04/2023 SOB O NÚMERO 00005431164 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: C5E24DBF073B8E926F1D2067D852078D6ABFE2EEF9608E3336D382BB9DD89417

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.



Page 1/7



Presidência da República  
Secretaria de Micro e Pequena Empresa  
Secretaria de Racionalização e Simplificação  
Departamento de Registro Empresarial e Integração  
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0028405-2

Tipo Jurídico

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

Nº do Protocolo

00-2023/302251-1

JUCERJA

Último arquivamento:

00005399999 - 31/03/2023

NIRE: 33.3.0028405-2

RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMACAO S A

Boleto(s): 104343704

Hash: F0E5CA68-8F46-4CDB-A552-28580A1DAF43

Processo Nº: 20531/23  
Rubrica: 80

Orgão	Calculado	Pago
Junta	720,00	720,00
DREI	0,00	0,00

## REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

### RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMACAO S A

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código  
do Ato

017

Código Evento	Qtde.	Descrição do ato / Descrição do evento
999	1	Ata de Reunião do Conselho de Administração / Sem Eventos (Empresa)
XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XX

#### Requerente

Rio de Janeiro

Local

17/04/2023

Data

Nome:	Cleber Barros
Assinatura:	ASSINADO DIGITALMENTE O Requerente DECLARA, sob sua responsabilidade pessoal, sem prejuízo das sanções administrativas, cíveis e penais, a veracidade dos documentos e assinaturas apresentados no presente processo
Telefone de contato:	2122206181
E-mail:	cblservicos@gmail.com
Tipo de documento:	Digital
Data de criação:	17/04/2023
Data da 1ª entrada:	



00-2023/302251-1

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMACAO S A

NIRE: 33.3.0028405-2 Protocolo: 00-2023/302251-1 Data do protocolo: 17/04/2023

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/04/2023 SOB O NÚMERO 00005431164 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: C5E24DBF073B8E926F1D2067D852078D6ABFE2EEF9608E3336D382BB9DD89417

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 2/7

**RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.**  
CNPJ/MF nº 09.127.934/0001-63  
NIRE: 33.3.0028405-2  
("Companhia")

**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2023**

1. **Data, hora e local:** Em 28 de março de 2023, às 13:00 horas, na Rua da Assembleia nº 10, salas 3311 e 3411, 34º andar, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20011-001.
2. **Convocação e Presenças:** Convocação dispensada em face da presença da totalidade dos Conselheiros conforme assinaturas na lista de presença anexa a esta ata, com quórum estatutário para as deliberações da ordem do dia.
3. **Mesa:** Presidente: Jorge Manuel Pereira Dias; Secretária: Daniele Massoto.
4. **Ordem do Dia:**

4.1. Aprovar a eleição da Diretoria da Companhia;

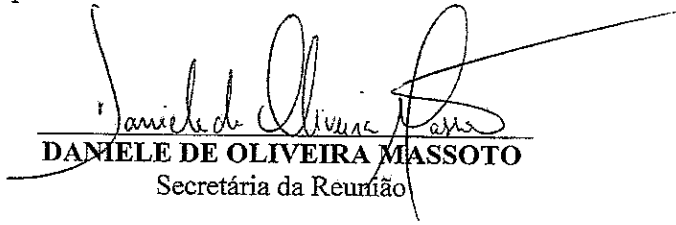
5. **Deliberações:** Após discutida a única matéria objeto da ordem do dia citada no item 4, foi deliberado o que se segue:

5.1. Por unanimidade de votos, os Conselheiros presentes, na forma do inciso (vi) do art. 21 do Estatuto Social, aprovaram a eleição do Sr. **ARMANDO GALHARDO NUNES GUERRA JUNIOR**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade nº MG-408-520 e CPF/ME sob o nº 277.764.336-91, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, à Rua da Assembleia, nº10, 39º andar, sala 3901 a 3910, Centro, CEP 20011-901 para DIRETOR PRESIDENTE da Companhia e da Sra. **RENATA DE ALMEIDA FARIA**, brasileira, solteira, analista de sistemas, portadora da Carteira de Identidade nº 06858164-4, expedida pelo IFP-RJ, inscrita no CPF/ME sob o nº 003.774.717-71, domiciliada e residente, inclusive para fins do disposto no §2º do Artigo 149 da Lei nº 6.404/76, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro na Rua da Assembleia nº 10, 33º e 34º andares, salas 3311 e 3411, CEP 20011-901 para DIRETORA EXECUTIVA, ambos com mandato de 02 (dois) anos, ou seja, até 28 de março de 2025, conforme previsão do art. 22 do Estatuto.

5.2. Os diretores ora eleitos tomaram posse de seus cargos imediatamente através da assinatura de Termo de Posse e declararam não estar impedidos ou incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeça de exercer a administração de sociedade empresária.

6. **Encerramento:** Nada mais havendo a deliberar, a reunião foi encerrada para a lavratura desta Ata, que foi lida, aprovada e firmada por todos os presentes.

  
**JORGE MANUEL PEREIRA DIAS**  
Presidente de Mesa

  
**DANIELE DE OLIVEIRA MASSOTO**  
Secretária da Reunião

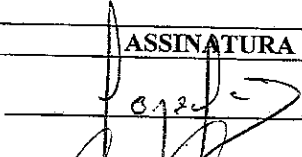
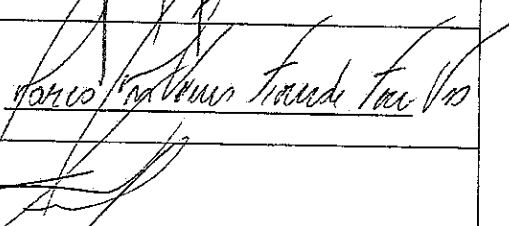

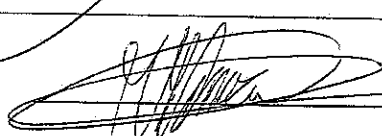
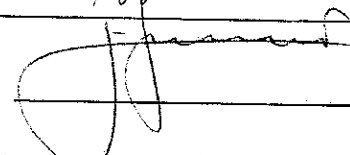




**RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.**  
CNPJ/ME nº 09.127.934/0001-63  
NIRE: 33.3.0028405-2 ("Companhia")

**REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**  
**REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2023**

**LISTA DE PRESENÇA**

NOME	ASSINATURA
JORGE MANUEL PEREIRA DIAS	
MARCO ANTÔNIO FERES DE FREITAS	
FÁBIO TEIXEIRA ALVES	
VALMIR FERNANDES DO AMARAL	
JOÃO GOUVEIA FERRÃO NETO	



**TERMO DE POSSE**

Eu, **ARMANDO GALHARDO NUNES GUERRA JUNIOR**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade nº MG-408-520 e CPF/MF sob o nº 277.764.336-91, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, à Rua da Assembleia, nº10, 39º andar, sala 3901 a 3910, Centro, CEP 20011-901, tendo sido eleito ao cargo de Diretor Presidente da **RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.** ("Companhia"), NIRE 33.3.0028405-2 e CNPJ/ME 09.127.934/0001-63, conforme deliberação aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada no dia 28 de março de 2023, declaro aceitar minha eleição e assumir o compromisso de cumprir fielmente todos os deveres inerentes ao cargo, de acordo com a lei e o Estatuto Social, pelo que firmo este Termo de Posse.

Para tanto, declaro que (i) não estou impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no § 1º do Art.147 da Lei 6.404/76; (ii) não estou condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que me torne inelegível para cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no § 2º do Art. 147 da lei 6.404/76; (iii) atendo ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do Art.147 da Lei 6.404/76; e (iv) não ocupo cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não possuo, nem represento, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do Art. 147 da Lei 6.404/76.

Para fins do Art. 149 § 2º da Lei 6.404/76, indico o endereço acima, sendo que eventual alteração será comunicada por escrito à Companhia.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2023.

  
\_\_\_\_\_  
**ARMANDO GALHARDO NUNES GUERRA JUNIOR**



**TERMO DE POSSE**

Eu, **RENATA DE ALMEIDA FARIA**, brasileira, solteira, analista de sistemas, portadora da Carteira de Identidade nº 06858164-4, expedida pelo IFP-RJ, inscrita no CPF/ME sob o nº 003.774.717-71, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, à Rua da Assembleia, nº10, 33º e 34º andares, salas 3311 a 3411, Centro, CEP 20011-901, tendo sido eleita ao cargo de Diretora Executiva da **RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.** ("Companhia"), NIRE 33.3.0028405-2 e CNPJ/ME 09.127.934/0001-63, conforme deliberação aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada no dia 28 de março de 2023, declaro aceitar minha eleição e assumir o compromisso de cumprir fielmente todos os deveres inerentes ao cargo, de acordo com a lei e o Estatuto Social, pelo que firmo este Termo de Posse.

Para tanto, declaro que (i) não estou impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no § 1º do Art.147 da Lei 6.404/76; (ii) não estou condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que me torne inelegível para cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no § 2º do Art. 147 da lei 6.404/76; (iii) atendo ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do Art.147 da Lei 6.404/76; e (iv) não ocupo cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não possuo, nem represento, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do Art. 147 da Lei 6.404/76.

Para fins do Art. 149 § 2º da Lei 6.404/76, indico o endereço acima, sendo que eventual alteração será comunicada por escrito à Companhia.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2023.



**RENATA DE ALMEIDA FARIA**



### IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMACAO S A, NIRE  
33.3.0028405-2, PROTOCOLO 00-2023/302251-1, ARQUIVADO EM 19/04/2023, SOB O  
NÚMERO (S) 00005431164, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	Nome
052.010.967-86	CLEBER BARROS

19 de abril de 2023.

Jorge Paulo Magdaleno Filho  
Secretário Geral

1/1

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMACAO S A

NIRE: 33.3.0028405-2 Protocolo: 00-2023/302251-1 Data do protocolo: 17/04/2023

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/04/2023 SOB O NÚMERO 00005431164 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: C5E24DBF073B8E926F1D2067D852078D6ABFE2EEF9608E3336D382BB9DD89417

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 7/7

Comissão de Pregão I

**DESPACHO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 157/2023**

Processo Licitatório nº: 5.561/2023

Processo de Impugnação nº: 20.531/2023

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 157/2023

**OBJETO:** Contratação de empresa para o gerenciamento do Sistema de Bilhetagem Eletrônica e monitoramento do serviço municipal de Transporte Coletivo do município de Nova Friburgo/RJ, pelo período de 48 (quarenta e oito) meses, em conformidade com as condições e especificações técnicas e descrições contidas no Termo de Referência, ANEXO II, deste edital.

IMPUGNANTE: RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S/A - CNPJ Nº: 09.127.934/0001-63.

01. Trata-se de IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S/A - CNPJ Nº: 09.127.934/0001-63, com fulcro na Lei n.º 10.520/2002 e no Decreto n.º 10.024/2019, subsidiados pela Lei n.º 8.666/93, por intermédio de seu representante legal, tempestivamente, contra os termos do Edital Pregão Eletrônico n.º 157/2023.

02. Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 016, de 05 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 06 de janeiro de 2022, que cria a Comissão de Pregão I, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão. *RA*

03. Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

Comissão de Pregão I

I. DAS PRELIMINARES

04. Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

05. Em síntese, alega a Impugnante, conforme fls. 05 a 22:

- a) SUBJETIVIDADE NA INDICAÇÃO DE ENTIDADE FISCALIZADORA PROFISSIONAL COMPETENTE
- b) IRREGULARIDADES INERENTES AOS ASPECTOS RELATIVOS À SUBCONTRATAÇÃO PREVISTAS NO EDITAL
- c) INCONGRUÊNCIA RELATIVA AO LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS
- d) INEXISTÊNCIA DE ANEXO APONTADO NA MINUTA DE CONTRATO
- e) INSUFICIÊNCIA DE CRITÉRIOS PARA AFERIÇÃO DO ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO

III. DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE

06. Ante o exposto, a RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S/A, requer:

- a) o recebimento da presente impugnação e seu respectivo provimento;
- b) a suspensão do presente processo licitatório, para fins retificação do edital e a indicação da classe a ser adotada para fins de habilitação;
- c) a suspensão do presente processo licitatório, para fins de retificação do edital para a correta definição da permissibilidade ou não da subcontratação;





Comissão de Pregão I

d) a suspensão do presente processo licitatório, para fins de divulgação do Anexo I - planilha de custos anexo a minuta contratual;

e) a suspensão do presente processo licitatório, para fins de estipulação correta dos parâmetros a serem adotados para estipulação do acordo de nível de serviços.

Diante de tais alterações, tornar-se-ia necessário realizar a republicação do edital e respectiva reabertura dos prazos para apresentação de proposta, nos termos do art. 21 da Lei nº 8.666/93.

IV. DO MÉRITO

9 - Ante o exposto, submeto as razões da impugnante aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado, na forma do que dispõe o item 5.1.1 do edital.

Informamos que a licitação em tela se encontra marcada para o dia 08 de agosto de 2023 e, caso necessário, será suspensa Sine die, para melhor análise da impugnação interposta.

Nova Friburgo, 03 de agosto de 2023.

**LEONARDO GABRIG PEIXOTO**  
Pregoeiro - Comissão de Pregão I  
Matricula: 206.934



Secretaria Municipal de Governo SeGov &lt;secgovnf@gmail.com&gt;

**[ESCLARECIMENTOS] EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 157/2023**

2 mensagens



Romulo Orrico &lt;romulo@pet.coppe.ufrj.br&gt;

7 de agosto de 2023 às 13:34

Para: Secretaria Municipal de Governo SeGov &lt;secgovnf@gmail.com&gt;

Prezado Dr. Rodrigo,

Em atenção à sua solicitação relativa aos pedidos de esclarecimento e impugnações referentes ao processo licitatório 157/2023, encaminho anexo o entendimento desta equipe relativa a cada um dos pontos arguidos. São dois Textos que se completam

Prof. Romulo Orrico, Dr. Ing.

COPPE-UFRJ

Federal University of Rio de Janeiro

Transport Engineering Program

Av. Horácio Macedo, 2030 - H 106, Cidade Universitária

941-914 Rio de Janeiro, RJ - Brazil

online curriculum: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4783855H9>

Tel: +55 21 3938-8131

e-mail: romulo@pet.coppe.ufrj.br

ORCID 0000-0003-4789-6708

COPPE: 50 ANOS ANTECIPANDO O FUTURO

**2 anexos****Respostas Esclarecimentos e Impugnações NF - 07\_08\_2023.docx**

25K

**CONSIDERAÇÕES JURÍDICAS impugnacoes.docx**

19K

Secretaria Municipal de Governo SeGov &lt;secgovnf@gmail.com&gt;

7 de agosto de 2023 às 14:36

Para: Licitação PMNF &lt;licitacaopmnf@gmail.com&gt;

[Citação ocultada]

**2 anexos****Respostas Esclarecimentos e Impugnações NF - 07\_08\_2023.docx**

25K

**CONSIDERAÇÕES JURÍDICAS impugnacoes.docx**

19K





Prefeitura Municipal de Nova Friburgo  
Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Governo

PROCESSO Nº	20531/23
DATA AUTUAÇÃO:	10/18/23
Fls Nº	90 Rubrica

Processo: 20531/23  
Requerente: Riocard Tecnologia da Inf. S/A  
Assunto: impugnação

 Rodrigo Lima Carvalho  
Subsecretário de  
Serviços Concedidos  
Matr.: 62.771

À Procuradoria-Geral;

O edital de licitação correlato ao Pregão Eletrônico 157/23 - "Bilhetagem Eletrônica", foi publicizado na forma e no prazo legal, sendo cogente afirmar que fora interposta em desfavor do edital impugnação da empresa requerente.

Neste sentido, em virtude da prestação de serviço contratualizada perante a Fundação Copptec – com interveniência do programa de engenharia da Coppe/UFRJ, a referida impugnação foi devidamente encaminhada a contratada para análise e manifestação, que faço juntar nos autos nesta oportunidade, conforme abaixo.

### **IMPUGNAÇÃO RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

#### **3.1 DA SUBJETIVIDADE NA INDICAÇÃO DE ENTIDADE FISCALIZADORA PROFISSIONAL COMPETENTE**

Trata-se de normativa genérica, desta feita, assiste razão à impugnante no que se refere à restrição de interessados, portanto, a exigência será suprimida.

#### **3.2 DAS IRREGULARIDADES INERENTES AOS ASPECTOS RELATIVOS À SUBCONTRATAÇÃO PREVISTAS NO EDITAL**

A previsão de consórcio já enseja que sejam atendidos todos os pontos do contrato, sem prejuízo ao seu atendimento pleno.

A decisão acerca da admissão da subcontratação ou não, constitui de ato administrativo discricionário.

O prazo estipulado foi definido pela Lei 10.520/2002 em consonância com a Lei 8.666/93. Dessa maneira, entende-se que o prazo é razoável. Entretanto, em situações mais complexas, é possível que os interessados solicitem à entidade pública responsável pela licitação a prorrogação do prazo. Esse pedido deve ser devidamente fundamentado e pode ser aceito ou não pela administração pública, dependendo das razões apresentadas e do interesse público envolvido.

#### **3.3 DA INCONGRUÊNCIA RELATIVA AO LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

O local de instalação do CMC será disponibilizado pela PMNF em proximidade à sede da PMNF no centro da cidade, em condições de habitabilidade, evitando-se o custo de aluguel ou eventual aquisição. Tal imóvel também será o endereço físico de correspondência com a PMNF, sendo despendendo qualquer discussão acerca de distância máxima.



Prefeitura Municipal de Nova Friburgo  
Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Governo

PROCESSO Nº	20534/23
DATA AUTUAÇÃO:	10/8/23
Fls Nº	91
Rubrica	

### 3.4 DA INEXISTÊNCIA DE ANEXO APONTADO NA MINUTA DE CONTRATO

Rodrigo Lima Carvalho  
Subsecretário de  
Serviços Concedidos  
Matr.: 62.771

Assiste razão a empresa impugnante, o edital deverá considerar os valores unitários de referência dispostos em planilha orçamentária, no caso, o custo fixo mensal (custo constante + custo equipe) e o custo variável mensal por veículo gerenciado.

**Custo Fixo = (custo constante + custo equipe) R\$/mês**

**Custo Variável = R\$/por veículo gerenciado/mês**

**Preço Global = 48 x (custo fixo + 138 x custo variável)**

### 3.5 DA INSUFICIÊNCIA DE CRITÉRIOS PARA AFERIÇÃO DO ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO

Assiste razão a empresa impugnante, a omissão no edital será resolvida com a publicação do Acordo do Nível de Serviço.

Com efeito, segue o procedimento para análise jurídica referente a impugnação juntada aos autos.

Nova Friburgo, 10 de agosto de 2023.

Rodrigo de Lima Carvalho  
Subsecretário de Serviços Concedidos  
matr. 62.771



PROCESSO Nº 20531  
DATA 11 : 08 : 23  
Folhas Nº 92 Rubrica 24240

Processo: 20.531/2023

Requerente: Riocard Tecnologia da Informação S/A.

Assunto: Impugnação - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 157 de 2023 - Processo Licitatório n. 5561/2023

Ao Ilmo. Sr. Subprocurador de Processos Administrativos;

## I - DO RELATÓRIO

Trata-se de impugnação apresentada pela requerente em 02/08/2023 acerca do Edital do Pregão Eletrônico n. 157 de 2023 - Processo Licitatório n. 5561/2023, que tem por objeto licitar a melhor proposta para contratação de empresa para o gerenciamento do Sistema de Bilhetagem Eletrônica e Monitoramento do serviço municipal de transporte coletivo do Município de Nova Friburgo.

Inicialmente, importante destacar que o procedimento foi recepcionado por esta assessoria jurídica em 11 de agosto de 2023.

Em suma, a requerente alega em sua peça de impugnação, acostada às fls. 03/23, a existência de diversas irregularidades, a saber: 1) subjetividade na indicação de entidade fiscalizadora profissional competente (item 3.1); 2) irregularidades inerentes aos aspectos relativos à subcontratação (item 3.2); 3) incongruência quanto ao local do serviço (item 3.3); 4) inexistência de anexo apontado na minuta de contrato (item 3.4); e 5) insuficiência de critérios para aferição do acordo de níveis de serviço (item 3.5).

A Comissão de Pregão I, em manifestação de fls. 86/88 acolheu a impugnação, eis que preenchidos os pressupostos de admissibilidade, encaminhando o procedimento à Secretaria Municipal de Governo para pronunciamentos de ordem técnica, na forma do item 5.1.1 do edital.

A Secretaria Municipal de Governo, em manifestação de fls. 90/91, informa que, em virtude da prestação de serviço contratualizado com a Fundação COPPETEC, com interveniência do programa de engenharia da COPPE/UFRJ, a impugnação foi devidamente encaminhada à contratada para análise, colacionando na íntegra as respostas dos itens impugnados.

Por fim, encaminhou os autos a esta Procuradoria-Geral para análise jurídica.

É o relatório.

## II - DO MÉRITO

Preliminarmente, verifica-se que a impugnação apresentada em 02/08/2023 é tempestiva, em conformidade com o art. 24 do Decreto Federal n. 10.024/2019, tendo em vista que a realização do Pregão estava agendada para 08/08/2023.

No mérito, passa-se às seguintes considerações.



Pois bem. Conforme disposição legal, cabe ao Pregoeiro a análise e decisão das impugnações, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado.

Nesse sentido dispõe o art. 24 do Decreto Federal n. 10.024/2019:

*Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.*

*§ 1º A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.*

Como sabido, as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos, escolha da modalidade licitatória, critério de julgamento e pesquisa de mercado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais ao objeto licitado, bastando que esteja dentro da legalidade.

Por se tratar de matéria estritamente técnica referente ao objeto a ser licitado, cabe à Secretaria Municipal de Governo a análise, que é a secretaria requisitante, considerando que a Procuradoria não possui expertise sobre a matéria, não podendo opinar sobre qualquer questão técnica referente ao objeto do certame.

Neste ponto, a própria Secretaria Municipal de Governo afirmou, na manifestação de fls. 90/91, que, em virtude da prestação de serviço contratualizado com a Fundação COPPETEC, com interveniência do programa de engenharia da COPPE/UFRJ, a impugnação foi devidamente encaminhada à contratada para análise, colacionando na íntegra as respostas dos itens impugnados.

Compulsando os autos do processo licitatório, verifica-se que foi celebrado em 03/03/2022 o Contrato de n. 044/2022 com a Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos - COPPETEC, tendo por objeto a contratação de serviço de diagnóstico do Sistema de Transporte Público Coletivo por Ônibus Municipal através do planejamento, execução e tratamento de dados operacionais e jurídicos do sistema do transporte público municipal de Nova Friburgo, atualização do marco regulatório e da metodologia de cálculo tarifário, buscando observar o art.294, III, alínea "g", itens 1 a 6, da Lei Orgânica n. 4.637, de 12 de julho de 2018.

Posteriormente, foi celebrado em 27/01/2023 Termo Aditivo ao Contrato n. 044/2023, com objetivo de aditar o valor do contrato em R\$ 186.582,75 para que a Fundação COPPETEC preparasse o edital e anexos da licitação para contratação da empresa que prestará o serviço de bilhetagem eletrônica.

la.



Portanto, considerando que a COPPETEC foi contratada pela Administração Municipal para esta finalidade, estando responsável pelo planejamento, execução e tratamento de dados operacionais e jurídicos do sistema do transporte público municipal de Nova Friburgo, bem como pela elaboração do edital licitatório e seus anexos, cabe a mesma a análise da impugnação apresentada.

De fato, todos os itens impugnados foram devidamente respondidos pela COPPETEC, conforme manifestação de fls. 90/91, concluindo pela necessidade de alteração de vários itens do Edital.

Ademais, verifica-se que foram impugnadas apenas questões técnicas referentes ao objeto licitado, cuja análise não é de atribuição desta pasta jurídica.

Isto posto, não tendo sido suscitada qualquer dúvida jurídica, desnecessária a análise desta Procuradoria-Geral.

### III - DA CONCLUSÃO

Em face do exposto, tendo em vista a resposta apresentada pela COPPETEC, concluindo pela necessidade de alteração de vários itens do Edital, **opina-se pela remessa dos autos à Secretaria Municipal de Governo para as providências cabíveis junto à contratada para a alteração do edital**, com posterior republicação, na forma do art. 21, § 4º da Lei n. 8.666/1993.

Ressalta-se que o opinamento desta Procuradoria Geral, órgão com atribuição de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo Municipal, na forma do art. 206, da Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo, Lei Municipal n. 4.637/18, restringe-se apenas à análise das questões jurídicas relacionadas à legalidade, à medida em que a análise de questões de ordem técnica ou decisões inerentes à discricionariedade do administrador público, incumbe, exclusivamente, à área técnica e à secretaria requisitante, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, *sub censura*, podendo ser acolhido ou rejeitado liminarmente.

Nova Friburgo, 11 de agosto de 2023.

Layne de Andrade Alves  
Coordenadora de Nível Superior Jurídico  
de Processos Administrativos  
Matr. 62.773

Carlos Eduardo V. N. da Veiga  
Subprocurador de Processos  
Administrativos  
Matricula 63347



Prefeitura Municipal de Nova Friburgo  
Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Governo

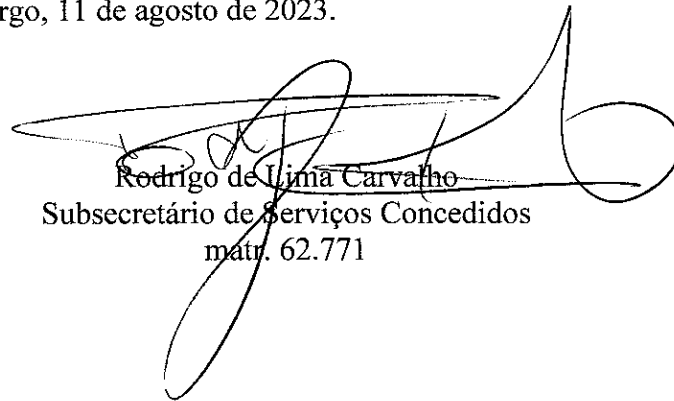
PROCESSO Nº _____
DATA AUTUAÇÃO: ____/____/____
Fls Nº _____ Rubrica _____

Processo: 20531/23  
Requerente: Riocard Tecnologia da Inf. S/A  
Assunto: impugnação

À Comissão de Pregão;

Considerando o contido às fls. 89/94, segue o processo para conhecimento e providência, notadamente para oportunizar à empresa conhecimento acerca do que fora decidido referente a impugnação juntada aos autos.

Nova Friburgo, 11 de agosto de 2023.



Rodrigo de Lima Carvalho  
Subsecretário de Serviços Concedidos  
matr. 62.771